



# ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 92

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PFL

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PPB

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**  
3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**  
3º Secretário - PSDB

**IRONDI PUGLIESI**  
4º Secretária - PPB

**ÂNGELO VANHONI**  
5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zalusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró - Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adair - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
24 DE JUNHO DE 1998  
(segunda-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Aníbal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 017/98

Curitiba, 22 de Abril de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.

Apresentando maior detalhamento quanto ao elevado interesse público, como da conveniência e oportunidade da medida, é adiante transcrita Exposição de Motivos que me foi apresentada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através do protocolado nº 2.516.062-2:

"A ausência de uma política estadual direcionada para resíduos sólidos urbanos, industriais, hospitalares, de agrotóxicos, entre outros, que os considerasse desde a sua geração, passando pela coleta, acondicionamento e tratamento, até a sua disposição final, tem permitido ao lado do crescente desenvolvimento econômico-social o aumento da poluição ambiental em todo o Paraná, gerando a necessidade urgente de ação governamental, visando a elaboração de normas e procedimentos bem como legislação específica.

Devemos salientar que dentre as áreas compreendidas no controle de poluição como um todo, os resíduos sólidos, foram de um modo geral, os últimos a receberem a atenção por parte dos órgãos ambientais fiscalizadores, ou mesmo por parte dos geradores de tais resíduos.

As primeiras ações efetivas no controle da poluição ocasionada por resíduos sólidos no Brasil, data do final da década de 70.

Durante a década de 80, a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT procurou estabelecer normas a fim de gerenciar a geração, classificação e disposição final de resíduos sólidos. Em junho de 1988, o CONAMA baixou a Resolução nº 006, contendo normas para gerenciamento dos resíduos sólidos industriais em todo o país.

Posteriormente, o mesmo CONAMA publicou a Resolução nº 05, 05/08/93, contendo normas para o gerenciamento dos resíduos sólidos hospitalares em todo o país.

No Paraná, as ações governamentais na área dos resíduos sólidos têm sido sempre ocasionais, e normalmente se originam de instâncias dos organismos públicos voltados à questão ambiental. Durante os últimos anos estas ações têm se intensificado, mas necessitam ainda serem melhoradas e iniciadas adequadamente, principalmente no campo dos resíduos hospitalares e de agrotóxicos.

Atualmente, os diagnósticos realizados demonstram que grande número de Municípios do Estado do Paraná possuem depósitos de resíduos sólidos "a céu aberto" - os "lixões" - poluindo cursos d'água, nascentes, mananciais de abastecimento público; proliferando vetores e poluindo o ar com gases oriundos da decomposição da matéria orgânica.

Recentemente, avaliou-se que a maioria dos hospitais acondicionam, manipulam e destinam seus resíduos patogênicos de forma inadequada, causando problemas de infecção hospitalar. Pesquisas recentes indicam que o lixo hospitalar é recolhido diariamente apenas em 40% dos Municípios Brasileiros, e, deste total coletado 48% são jogados em lixões, 44% não tem coleta especial, 7% é queimado a céu aberto e somente 1% é incinerado em boas condições.

A Região Metropolitana de Curitiba gera mensalmente 516 toneladas de resíduos sólidos perigosos, e 4.307 toneladas de resíduos não perigosos de atividades industriais armazenadas em áreas nem sempre adequadas.

O Estado do Paraná mantém estocados, em área previamente improvisada, cerca de 2.000 toneladas de agrotóxicos, apreendidos devido à proibição específica de uso, carecendo, até o momento, de estudos para sua destinação adequada e destruição.

Presentemente, estão se tornando mais frequentes os casos de importação de resíduos sólidos, de outros Estados ou mesmo do exterior, para serem reaproveitados em território paranaense, mediante processos de reciclagem, em atividades que demandam rigoroso controle.

A Constituição da República, no seu artigo 24, incisos VI e VIII, facultou aos Estados legislar concorrentemente sobre "(...) proteção do meio ambiente e controle da poluição," bem como sobre "responsabilidade por dano ao meio ambiente".

A Constituição do Estado do Paraná, para assegurar a efetividade do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado a todos os paranaenses, estabeleceu, no seu artigo 207, parágrafo 1º, inciso VIII, comando expresso no sentido de se "regular e controlar (...) as técnicas e os métodos e manejo e utilização das substâncias que comportem risco para a vida ou para o meio ambiente, em especial os agrotóxicos, biocidas, (...) produtos nocivos em geral (...)".

Dispõe, ainda no seu artigo 207, parágrafo 2º, que as condutas e atividades poluidoras ou consideradas lesivas ao meio ambiente, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas: I - à obrigação de, além de outras sanções cabíveis, reparar os danos causados; II - as medidas definidas em relação aos resíduos por elas produzidos; III - a cumprir diretrizes estabelecidas por órgão competente.

Por derradeiro, cabe aduzir que, no Estado do Paraná, o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, por força do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho de 1992, alterada pela Lei Estadual nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, está incumbido de: I - propor, executar e acompanhar políticas de meio ambiente do Estado; II fazer cumprir a legislação ambiental, exercendo para tanto o poder de polícia administrativa, controle, licenciamento e fiscalização; (...) XI - controlar e fiscalizar (...) produtos tóxicos e perigosos, quanto ao transporte e destinação de resíduos nos termos da legislação específica vigente; (...) XIV - monitorar e fiscalizar a destinação final dos resíduos sólidos do Paraná.

Em vista de todo o exposto, resulta patente que as implicações ambientais dos recursos sólidos em todos esses campos, justificam uma política de ação integral de controle efetivo de tais resíduos sólidos no Estado do Paraná, envolvendo todas as suas fases - geração, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final - para que sejam efetuadas em condições ótimas relativamente a proteção ambiental, saneamento e saúde pública, em razão do que, formula-se a presente proposta de projeto de lei estadual específica para tal finalidade, conforme minuta anexa, em consonância com os mandamentos constitucionais e legais acima explicitados."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V.Exa. os meus protestos de levado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam estabelecidos, na forma desta lei, princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.

Art. 2º - Para os fins desta lei, entende-se por resíduos sólidos qualquer forma de matéria ou substância, nos estados sólido e semi-sólido, que resulte de atividade industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviço, de varrição e de outras atividades da comunidade, capazes de causar poluição ou contaminação ambiental.

Parágrafo Único - Ficam incluídos entre os resíduos sólidos definidos no caput deste artigo, os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água e os gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como os líquidos cujas

características tornem inviável o seu lançamento em rede pública de esgotos ou corpos d'água ou exijam, para tal fim, solução técnica e economicamente inviável, em face da melhor tecnologia disponível, de acordo com as especificações do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 3º - Ficam estabelecidos os seguintes princípios no tocante a atividades de geração, importação e exportação de resíduos sólidos:

I - A geração de resíduos sólidos, no território do Estado do Paraná, deverá ser minimizada através da adoção de processos de baixa geração de resíduos e da reutilização e/ou reciclagem de resíduos sólidos, dando-se prioridade à reutilização e/ou reciclagem a despeito de outras formas de tratamento e disposição final, exceto nos casos em que não exista tecnologia viável;

II - Os resíduos sólidos gerados no território do Estado do Paraná somente terão autorização de transporte para outros Estados da Federação, após autorização ou declaração de aceite emitida pela autoridade ambiental competente dos Estados receptores dos mencionados resíduos;

III - Os resíduos sólidos gerados nos outros Estados da Federação somente serão aceitos no Estado do Paraná, desde que previamente aprovados pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA, ouvido o Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

IV - Os resíduos sólidos gerados em outros países somente serão aceitos no Estado do Paraná, desde que atendidos os critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e demais normas federais bem como o disposto no inciso III deste artigo.

Parágrafo Único - No caso do Inciso III do presente artigo, fica facultado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA, após ouvido o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, aprovar grupos ou categorias de resíduos sólidos que pela sua natureza e condições de reciclagem e reaproveitamento, fiquem sujeitos apenas às autorizações de lotes pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 4º - As atividades geradoras de resíduos sólidos, de qualquer natureza, são responsáveis pelo seu acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, disposição final, pelo passivo ambiental oriundo da desativação de sua fonte geradora, bem como pela recuperação de áreas degradadas.

Art. 5º - Os resíduos sólidos deverão sofrer acondicionamento, transporte, tratamento e disposição final adequados, atendendo as normas aplicá-

veis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e as condições estabelecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, respeitadas as demais normas legais vigentes.

Art. 6º - Para fins de acondicionamento, transporte, tratamento e disposição final os resíduos sólidos são classificados em Classe 1 - Perigosos, Classe 2 - Não Inertes e Classe 3 - Inertes, conforme estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e pelas normas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 7º - Os resíduos sólidos provenientes de portos, aeroportos e terminais rodoviários e ferroviários deverão atender as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e as condições estabelecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, respeitadas as demais normas legais vigentes.

Art. 8º - Os resíduos sólidos provenientes de serviços de saúde portadores de agentes patogênicos, deverão ser adequadamente acondicionados, conduzidos em transporte especial, e deverão ter tratamento e destinação final adequados, atendendo as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e as condições estabelecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, respeitadas as demais normas legais vigentes.

Art. 9º - Os resíduos sólidos urbanos provenientes de residências, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, bem como os de limpeza pública urbana, deverão ter acondicionamento, coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final adequados, nas áreas dos municípios e nas áreas conurbadas, atendendo as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e as condições estabelecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, respeitadas as demais normas legais vigentes.

Art. 10 - Os resíduos sólidos industriais deverão ter acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final adequados, atendendo as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e as condições estabelecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, respeitadas as demais normas legais vigentes.

Art. 11 - As empresas fabricantes e/ou importadoras de pneus são responsáveis pela coleta e reciclagem dos produtos inservíveis, obedecendo as condições e critérios estabelecidos pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 12 - As empresas produtoras e/ou comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins, em todo o território do Estado do Paraná, são responsáveis pelo estabelecimento de mecanismos de coleta e recebimento e pela destinação das embalagens vazias dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória e pelos tornados impróprios para utilização, obedecidas as condições e critérios estabelecidos pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 13 - Os resíduos radioativos deverão ter acondicionamento, coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final, de acordo com as determinações dos órgãos competentes e as normas estabelecidas pela CNEN.

Art. 14 - Ficam proibidas, em todo o território do Estado do Paraná, as seguintes formas de destinação final de resíduos sólidos, inclusive pneus usados:

I - Lançamento "in natura" a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais;

II - Queima a céu aberto;

III - Lançamento em corpos d'água, manguezais, terrenos baldios, redes públicas, poços e cacimbas, mesmo que abandonados;

IV - Lançamento em rede de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, e de telefone.

Parágrafo 1º - O solo e o subsolo poderão ser utilizados para armazenamento, acumulação ou disposição final de resíduos sólidos de qualquer natureza, desde que sua disposição seja feita de forma tecnicamente adequada, estabelecida em projetos específicos, obedecidas as condições e critérios estabelecidos pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Parágrafo 2º - A queima de resíduos sólidos a céu aberto poderá ser autorizada, pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, somente em caso de emergência sanitária, reconhecida pela Secretaria de Estado da Saúde ou pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

Parágrafo 3º - O lançamento de resíduos sólidos em poços desativados poderá ser autorizado mediante as condições e critérios estabelecidos pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 15 - Os depósitos de resíduos sólidos a céu aberto existentes ficam obrigados a se adequarem ao disposto na presente Lei, e às normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e condições estabelecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, no prazo de um (01) ano, a contar da data de sua publicação.

Art. 16 - As atividades de transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos estão sujeitas a prévia análise e licenciamento ambiental perante o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, de acordo com as normas legais vigentes.

Art. 17 - As atividades geradoras de quaisquer tipos de resíduos sólidos ficam obrigadas a cadastrar-se junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, para fins de controle e inventário dos resíduos sólidos gerados no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A atualização dos dados fornecidos para controle e inventário dos resíduos sólidos deverá atender a prazos estabelecidos pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 18 - A responsabilidade pela execução de medidas para prevenir e/ou corrigir a poluição e/ou contaminação do meio ambiente decorrente de derramamento, vazamento, lançamento e/ou disposição inadequada de resíduos sólidos é:

I - Da atividade geradora dos resíduos, quando a poluição e/ou contaminação originar-se ou ocorrer em suas instalações;

II - Da atividade geradora dos resíduos e da atividade transportadora, solidariamente, quando a poluição e/ou contaminação originar-se ou ocorrer durante o transporte;

III - Da atividade geradora dos resíduos e da atividade executora de acondicionamento, de tratamento e/ou de disposição final dos resíduos, solidariamente, quando a poluição e/ou contaminação ocorrer no local de acondicionamento, de tratamento e/ou de disposição final.

Parágrafo Único - Para fins da responsabilidade de que trata o caput deste artigo, considerar-se como atividade geradora dos resíduos o Município, em se tratando de resíduos sólidos urbanos provenientes de residências, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, bem como os de limpeza pública urbana.

Art. 19 - Sem prejuízo das sanções civil e penais, as atividades geradoras, transportadoras e executoras de acondicionamento, de tratamento e/ou de disposição final de resíduos sólidos, no Estado do Paraná, que infringirem o disposto na presente Lei, ficam sujeitas às seguintes penalidades administrativas, que serão aplicadas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP:

I - Multa simples ou diária, correspondente, no mínimo a R\$500,00 e no máximo, a R\$50.000,00, agravada no caso de reincidência específica;

II - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - Perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimento oficial de crédito;

IV - Suspensão da atividade;

V - Embargo de licença ambiental.

VI - Cassação de licença ambiental.

Art. 20 - Todos os Municípios do Estado do Paraná, para fins de cumprimento da presente Lei, deverão disponibilizar áreas e/ou reservar áreas futuras para efetivação da destinação final dos resíduos sólidos urbanos, mediante prévia análise do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 21 - Esta lei será regulamentada no prazo de noventa (90) dias, a contar de sua publicação.

Art. 22 - O Poder Público, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação da presente Lei, deverá adotar as medidas necessárias para capacitar de forma técnica, administrativa e financeira o Instituto Ambiental do Paraná - IAP no atendimento das finalidades previstas na presente Lei.

Art. 23 - Os valores fixados por esta lei serão revistos semestralmente pelos índices oficialmente adotados pela Administração Pública Estadual.

Parágrafo Único - O Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, mediante portaria, publicada no Diário Oficial do Estado, fixará os novos valores vigentes, desprezando as frações inferiores a R\$1,00 (hum real).

Art. 24 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 020/98

Curitiba, 06 de maio de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à consideração de V.Exa. e dos ilustres membros dessa Assembléia Legislativa, nos termos do art. 87, incisos IV e VI da Constituição do Estado, o anteprojeto de lei incluso que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.

A matéria, sobre ser oportuna, reflete importante momento na vida institucional do Paraná, porque constitui-se em ponto de relevância não apenas para os esforços de preservação dos rios paranaenses de seu domínio, como os de domínio da União Federal, que banham o Estado. Demais porque acolhe, no Paraná, a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de

Gerenciamento de Recursos Hídricos, objeto da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a qual há que se compor e seguir, por imperativo de convivência federativa.

Tratando-se ainda de tema que atende a compromissos previstos no contexto do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba (PROSAM), em andamento, que recebe estímulos institucionais e financeiros do Banco Mundial, segundo condições contratuais e respectivos cronogramas subscritos e vigentes.

Nesta oportunidade, cabe-me relatar a V.Exa. e aos ilustres membros dessa Assembléia, que o Anteprojeto em causa, nos âmbitos técnico e jurídico, foi devidamente estudado sob a coordenação do Poder Executivo, tendo por objetivo precípuo assimilar os institutos regentes dos recursos hídricos, no plano estadual, em estreita coerência e observância com a normatização nacional, ao tempo em que buscar suprir o Estado do Paraná das condições adequadas para poder estabelecer o planejamento de suas águas e dos rios federais que o banham.

Por final, o Plano de Lei, tal como está concebido, está voltado para implantar modelo gerencial em consonância com preceitos da moderna administração pública, capaz de propiciar a gestão das águas estaduais, bem como as de bacias e sub-bacias de rios federais que lhe forem delegadas gerenciar em nome da União, mediante o estabelecimento de responsabilidades compartilhadas entre o Estado e a sociedade, concorrendo, assim, com a sustentabilidade de nosso desenvolvimento econômico e social, sem hostilizar os recursos naturais do Estado e, sobretudo, o seu meio ambiente.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

### Capítulo I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Esta Lei institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, como parte integrante dos Recursos Naturais do Estado, nos termos da Constituição Estadual e na forma da legislação federal aplicável.

### Capítulo II POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 2º - A Política Estadual de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

- I - A água é um bem de domínio público;
- II - A água é um recurso natural limitado dotado de valor econômico;
- III - Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV - A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V - A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI - A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

### Capítulo III OBJETIVOS

Art. 3º - São objetivos da Política Estadual de Recursos Hídricos:

- I - Assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de águas em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II - A utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III - A prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

### Capítulo IV DIRETRIZES GERAIS DE AÇÃO

Art. 4º - Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos:

- I - A gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;
- II - A gestão sistemática dos recursos hídricos adequada às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do Estado;
- III - A integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;
- IV - A articulação da gestão de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional;
- V - A articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo e o controle de cheias;
- VI - A integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

Art. 5º - O Estado do Paraná articular-se-á com a União e com outros Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.

Parágrafo Único - A articulação com a União, referida no *Caput*, contemplará mecanismos de delegação, ao Governo do Estado, da gestão de sub-bacias de rios federais que drenem o território paranaense.

### Capítulo V INSTRUMENTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 6º - São instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos:

- I - O plano Estadual de Recursos Hídricos;
- II - O Plano de Bacia Hidrográfica;
- III - O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água;
- IV - A outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;
- V - A Cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;
- VI - O Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos.

### Capítulo VI CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

#### Seção I DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 7º - O estado elaborará, com base nos planejamentos efetuados nas bacias hidrográficas, o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR), que conterá o seguinte:

- I - Objetivos a serem alcançados;
- II - Diretrizes e critérios para o gerenciamento de recursos hídricos;
- III - indicação de alternativas de aproveitamento e controle de recursos hídricos;
- IV - Programação de investimentos em ações relativas à utilização, à recuperação, à conservação e à proteção dos recursos hídricos;
- V - Programas de desenvolvimento institucional, tecnológico e gerencial, de valorização profissional e de comunicação social, no campo dos recursos hídricos.

§ 1º - O Plano de que trata este artigo servirá como insumo e será elaborado em consonância com as Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual e o Plano Plurianual de Ação Governamental.

§ 2º - O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) terá vigência e horizonte de planeja-

mento compatíveis com o período de implementação dos Planos de Bacia Hidrográfica, tendo seu capítulo referente ao diagnóstico de situação de recursos hídricos do Estado atualizado segundo periodicidade ou conveniência estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

§ 3º - O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR), conterá a divisão territorial do Estado, caracterizando cada bacia ou conjunto de bacias hidrográficas utilizadas para o gerenciamento dos recursos hídricos.

§ 4º - O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) deverá ser aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta Lei.

## Seção II

### DO PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA

Art. 8º - O Planejamento de recursos hídricos, elaborado por bacia ou conjunto de bacias hidrográficas do Estado, consubstanciar-se-á, formalmente, em plano que visa a fundamentar e orientar a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e o seu respectivo gerenciamento.

Art. 9º - O Plano de Bacia Hidrográfica é de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas, projetos, ações e atividades e terá o seguinte conteúdo mínimo:

I - Diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos;

II - Análise de cenários alternativos de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo;

III - Balanço entre disponibilidade e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificações de conflitos potenciais;

IV - Metas de racionalização de uso, adequação da oferta, melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis, proteção e valorização dos ecossistemas aquáticos;

V - Medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para atendimento de metas previstas;

VI - Divisão dos cursos de água em trechos de rio, com indicação da vazão outorgável em cada trecho;

VII - Prioridade para outorga de direitos de uso de recursos hídricos;

VIII - Diretrizes e critérios para cobrança pelos direitos de uso dos recursos hídricos;

IX - Propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos.

## Seção III

### DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA EM CLASSES SEGUNDO OS USOS PREPONDERANTES DA ÁGUA

Art. 10 - O enquadramento dos corpos de água em classes segundo os usos preponderantes deverá:

I - Ser compatível com os objetivos e metas de qualidade ambiental definidos pelo respectivo Plano de Bacia Hidrográfica;

II - Ser factível frente à disponibilidade social de inversão, sinalizada pelo quadro de fontes de recursos previsto no respectivo Plano de Bacia Hidrográfica;

III - Objetivar padrões de qualidade das águas compatíveis com os usos a que forem destinadas, subsidiando o processo de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos.

Art. 11 - As classes de corpos de água serão estabelecidas nos termos da legislação ambiental.

## Seção IV

### DA OUTORGA E DA SUSPENSÃO DA OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 12 - O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos do Estado tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Art. 13 - Estão sujeitos à outorga pelo Poder Público os seguintes direitos de uso de recursos hídricos, independentemente da natureza, pública ou privada, dos usuários:

I - Derivações ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público ou insumo de processo produtivo;

II - Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - Lançamento, em corpo de água, de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

IV - Aproveitamento de potenciais hidrelétricos;

V - Intervenções de macrodrenagem urbana para retificação, canalização, barramento e obras similares que visem ao controle de cheias;

VI - outros usos e ações que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água ou o leito e margens de corpos de água.

§ 1º - Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento, as acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, estabelecidos conforme o inciso VI do artigo 36, desta lei.

§ 2º - A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estarão subordinadas ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, obedecendo a disciplina da legislação setorial específica.

Art. 14 - Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Bacia Hidrográfica e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado bem como a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.

Parágrafo Único - A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

Art. 15 - A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa pela autoridade competente do Poder Executivo, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias:

I - Não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga;

II - A ausência de uso por três anos consecutivos;

III - Necessidade premente de água para atender as situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas;

IV - Necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

V - Necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas.

Art. 16 - A outorga confere ao usuário o direito de uso do corpo hídrico, condicionado à disponibilidade de água.

§ 1º - A outorga não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas simples direito de uso.

§ 2º - Haverá disponibilidade hídrica quando a vazão no curso de água for superior à respectiva vazão outorgável, no trecho da captação ou do lançamento e em todos os trechos localizados à jusante.

§ 3º - A vazão outorgável de um trecho do rio estabelece o limite da soma das outorgas a serem concedidas, considerando os direitos de uso no próprio trecho e à montante deste.

§ 4º - A vazão outorgável de um trecho de rio estará associada à probabilidade de que a vazão efe-

tiva do curso de água seja superior à vazão estabelecida como outorgável.

Art. 17 - Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.

Art. 18 - A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Estadual.

## Seção V

### DA COBRANÇA PELO DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 19 - O direito de uso de recursos hídricos sujeito à outorga será objeto de cobrança que visa a:

I - Constituir-se em instrumento de gestão;

II - Conferir racionalidade econômica ao uso de recursos hídricos;

III - Disciplinar a localização dos usuários, buscando a conservação dos recursos hídricos de acordo com sua classe preponderante de uso;

IV - Incentivar a melhoria do gerenciamento nas bacias hidrográficas onde forem arrecadados;

V - Obter recursos financeiros para implementação de programas e intervenções contemplados em Plano de Bacia Hidrográfica.

Art. 20 - No cálculo do valor a ser cobrado pelo direito de uso de recursos hídricos devem ser observados os seguintes fatores:

I - A classe de uso preponderante em que esteja enquadrado o corpo de água objeto do uso;

II - As características e o porte da utilização;

III - As prioridades regionais;

IV - As funções social, econômica e ecológica da água;

V - A época da retirada;

VI - O uso consumptivo;

VII - A vazão e o padrão qualitativo de devolução de água, observados os limites de emissão estabelecidos pela legislação em vigor;

VIII - A disponibilidade e o grau de regularização da oferta hídrica local;

XI - As proporcionalidades da vazão outorgada e do uso consumptivo em relação à vazão outorgável.

X - O grau de impermeabilização do solo em áreas urbanas, sempre que esta alterar significativamente o regime hidrológico e o controle de cheias;

XI - Custos diferenciados para diferentes usos e usuários da água;

XII - O princípio de progressividade face ao consumo;

XIII - outros fatores, estabelecidos a critério do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta lei.

§ 1º - Os fatores referidos neste artigo serão utilizados, para efeito de cálculo, de forma isolada, simultânea, combinada ou cumulativa.

§ 2º - No caso de utilização de corpos de água para diluição, transporte e assimilação de afluente, os responsáveis pelos lançamentos ficam obrigados ao cumprimento das normas e dos padrões legalmente estabelecidos, relativos ao controle de poluição das águas.

§ 3º - A diferenciação de custo, referida no inciso XI deste artigo, poderá resultar na fixação de preços unitários distintos em função da consideração de diferentes usos e usuários da água, obtidos mediante procedimentos próprios aprovados pelo Conselho Estadual de Recursos (CERH/PR) de que trata esta lei em estrita observância, como couber, aos demais fatores constantes deste artigo.

§ 4º - A utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica rege-se pela legislação federal pertinente.

Art. 21 - O valor inerente à cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos classificar-se-á como receita patrimonial, nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982.

§ 1º - A forma, a periodicidade, o processo e demais estipulações de caráter técnico e administrativo inerentes à cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, a partir de proposta do órgão central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta lei.

§ 2º - Os créditos do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), de que trata esta lei, decorrentes da cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos, não pagos pelos respectivos responsáveis, serão inscritos, cobrados e executados, com a observância da legislação aplicável e em vigor, inerente à dívida ativa.

Art. 22 - Fica criado o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR), de natureza e individuação contábeis, destinado à implantação e ao suporte financeiro de custeio e de investimentos do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), de que trata esta lei.

§ 1º - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) será constituído por recursos das seguintes fontes:

I - Receitas originárias da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

II - Produto de arrecadação da dívida ativa decorrente de débitos com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

III - dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado e em créditos adicionais;

IV - dotações consignadas no Orçamento Geral da União e nos Orçamentos dos Municípios e em seus respectivos créditos adicionais;

V - Produtos de operações de crédito e de financiamento realizadas pelo Estado em favor do Fundo;

VI - Resultado de aplicações financeiras de disponibilidades temporárias ou transitórias do Fundo;

VII - Receitas de convênios, contratos, acordos e ajustes firmados pelo órgão executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), visando a atender aos objetivos do Fundo;

VIII - Contribuições, doações e legados, em favor do Fundo, de pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, nacionais, estrangeiras e internacionais;

IX - Quaisquer outras receitas eventuais, vinculadas aos objetivos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR).

§ 2º - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) terá como gestor a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na qualidade de órgão executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) e como agente financeiro o Banco do Estado do Paraná S/A, incumbindo-se a Secretaria de Estado da Fazenda da supervisão financeira de ambos.

§ 3º - O gerenciamento operacional da aplicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) rege-se por Contrato de Gestão celebrado entre o Estado do Paraná e Unidade Executiva Descentralizada, dentre as referidas no inciso IV e §§ 1º e 2º, do Artigo 29 desta lei, submetido à prévia manifestação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica e à aprovação formal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta lei.

§ 4º - Os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos e inscritos como receita do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados para:

a - O financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídas no Plano Bacia Hidrográfica;

b - O pagamento de despesas de monitoramento dos corpos de água e de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades

integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR).

§ 5º - A aplicação nas despesas previstas na alínea "b" do parágrafo anterior deste artigo é limitada a 7,5% (sete e meio por cento) do total arrecadado.

§ 6º - Os valores creditados em favor do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água, de modo considerado benéfico à coletividade.

§ 7º - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) transferirá ao Tesouro Estadual recursos para pagamento de serviço de amortização de dívidas resultantes de operações de crédito e de financiamento contraídas pelo Estado e a ele destinadas, na forma e nas condições a serem regulamentadas, em cada caso, por decreto do Poder Executivo.

§ 8º - O Poder Executivo, mediante decreto, disciplinará a matéria constante neste artigo, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e legislação complementar.

§ 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atender a operacionalização do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR).

#### Seção VI

#### DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 23 - A coleta, o tratamento, o armazenamento, a recuperação e a disseminação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão no Estado serão organizados sob a forma de sistema e compatibilizados com o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

Art. 24 - São princípios básicos para o funcionamento do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos:

I - Descentralização da obtenção e produção de dados e informações;

II - Coordenação unificada do sistema;

III - Acesso aos dados e informações garantido a toda sociedade.

Art. 25 - São objetivos do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos:

I - Reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos do Estado do Paraná, sem prejuízo de informações sócio-econômicas relevantes para o seu gerenciamento;

II - Atualizar, permanentemente, as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos e sobre ecossistemas aquáticos em todo o território do Estado;

III - Fornecer subsídios para a elaboração de Plano de Bacia Hidrográfica;

IV - Apoiar as ações e atividades de gerenciamento de recursos hídricos no Estado do Paraná.

#### Capítulo VII

#### RATEIO DE CUSTOS DE OBRAS

Art. 26 - As obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo de recursos hídricos terão seus custos rateados, direta ou indiretamente, segundo critérios e normas a serem estabelecidos em regulamento baixado pelo Poder Executivo, após aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), atendidos os seguintes procedimentos:

I - A concessão ou a autorização de obras de regularização com potencial de aproveitamento múltiplo, deverá ser precedida de negociação sobre o rateio dos custos entre os beneficiados, inclusive as de aproveitamento hidrelétrico, mediante articulação com a União;

II - A construção de obras de interesse comum ou coletivo dependerá de estudo de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental, com previsão de formas de retorno dos investimentos públicos ou justificativas circunstanciadas da destinação de recursos a fundo perdido.

§ 1º - O Poder Executivo, mediante projeto de lei próprio, regulamentará a matéria contida neste artigo, no sentido de estabelecer diretrizes e critérios para financiamento ou concessão de subsídios destinados à realização das obras nele enumeradas, conforme estudo aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta lei.

§ 2º - Os subsídios a que se refere o parágrafo anterior somente serão concedidos no caso de interesse público relevante ou na impossibilidade prática de identificação dos beneficiados, para o conseqüente rateio dos custos.

#### Capítulo VIII

#### AÇÃO DO PODER PÚBLICO

Art. 27 - Na implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos compete ao Poder Executivo;

I - Tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

II - Outorgar os direitos de uso de recursos hídricos e regulamentar e fiscalizar os usos, na sua esfera de competência;

III - Implantar e gerir o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos;

IV - Promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

V - Realizar o controle técnico das obras e de oferta hídrica.

Parágrafo Único - Os Poderes Executivo do Estado e dos Municípios do Paraná, promoverão a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estadual de recursos hídricos.

### Capítulo IX

## SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS (SEGRH/PR)

### Seção I DOS OBJETIVOS

Art. 28 - Fica criado o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), com os seguintes objetivos:

I - Coordenar a gestão integrada das águas;

II - Arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos;

III - Implementar a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PR);

IV - Planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos do Estado;

V - Promover a cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos.

### Seção II DA COMPOSIÇÃO DO SISTEMA

Art. 29 - Compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR):

I - Órgão deliberativo e normativo central do Sistema: o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR);

II - Órgão executivo gestor e coordenador central do Sistema: a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

III - Órgãos regionais e setoriais deliberativos e normativos de bacia hidrográfica do Estado: os Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV - Unidades executivas descentralizadas: as Agências de Água e os consórcios e associações a elas equiparadas, nos termos desta lei.

§ 1º - As Agências de Água deverão ter, quando instituídas pelo Estado, personalidade jurídica

própria, autonomia financeira e administrativa e organizar-se-ão segundo quaisquer formas permitidas pelo direito administrativo civil ou comercial, atendidas as necessidades, características e peculiaridades regionais, locais ou setoriais, mediante autorização, em lei, ao Poder Executivo que aprovará, por Decreto, os seus respectivos atos constitutivos a serem inscritos no registro público, na forma da legislação aplicável.

§ 2º - Enquadram-se na condição de equiparados às Agências de Água, para os efeitos desta lei, os consórcios, ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas, bem como as associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos, legalmente constituídos, aos quais poderão ser delegados por ato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta lei, o exercício das funções, competências e atribuições inerentes às unidades executivas descentralizadas.

§ 3º - O Poder Executivo disciplinará mediante Decreto, na forma da legislação aplicável e desta Lei, o enquadramento de órgão subordinado e de entidade vinculada à Secretaria de Estado referida no inciso II deste artigo, bem como de órgão ou entidade, público ou privado, que a título de articulação, delegação ou cooperação, exerçam ações e atividades relacionadas com a formulação da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PR) ou participem de seu gerenciamento.

Art. 30 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) é composto por:

I - Representantes de instituições do Poder Executivo Estadual, com atuação relevante nas questões de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento sustentável;

II - Representantes dos municípios;

III - Representantes de entidades da sociedade civil relacionadas com recursos hídricos;

IV - Representantes de usuários de recursos hídricos.

§ 1º - O CERH/PR será integrado majoritariamente por representantes públicos, predominantemente estaduais.

§ 2º - A participação dos representantes usuários no CERH/PR, será de caráter consultivo.

§ 3º - A designação de representantes dos segmentos mencionados no caput deste artigo, a organização administrativa e o funcionamento do CERH/PR serão estabelecidos em Decreto baixado pelo Governador.

§ 4º - O CERH/PR poderá, sempre que julgar conveniente, delegar competências e atribuições aos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Art. 31 - Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

I - A totalidade da bacia hidrográfica;

II - Sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia ou de tributário desse tributário; ou

III - Grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

Parágrafo Único - A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica, em rios de domínio do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União, cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º, desta lei, será efetivada por ato próprio do Governador.

Art. 32 - Os Comitês de Bacia Hidrográfica serão compostos por:

I - Representantes das instâncias regionais das instituições públicas estaduais, com atuação relevante nas questões de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento sustentável;

II - Representantes dos Municípios;

III - Representantes de entidades da sociedade civil com atuação regional relacionada com recursos hídricos;

IV - Representantes de usuários de recursos hídricos.

§ 1º - Os critérios para a indicação dos representantes de cada segmento mencionado neste artigo, bem como a sua participação relativa na composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica, serão definidos no ato de sua instalação, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), passando a constar dos seus respectivos Regimentos Internos.

§ 2º - A indicação nominal dos representantes mencionados neste artigo será efetuada pelo respectivo segmento e formalmente acolhida por ato próprio o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

Art. 33 - As Agências de Água, os consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas e as associações regionais, locais ou setores de usuários de recursos hídricos, atuarão como unidades executivas descentralizadas, prestando apoio aos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica e respondendo pelo planejamento e pela formulação do Plano de Bacia Hidrográfica, bem como pelo suporte administrativo, técnico e financeiro, inclusive pela cobrança dos direitos de uso dos recursos hídricos na sua área de atuação.

Parágrafo único - A proposta de criação de consórcio ou associação intermunicipal de bacia hidrográfica ou de associação regional, local ou setorial de usuários de recursos hídricos, com a finalidade de equiparar-se às Agências de Água e exercer funções, competências e atribuições inerentes às unidades executivas descentralizadas, de que trata

o inciso IV do artigo 29 desta lei, dar-se-á mediante iniciativa de usuários de recursos hídricos, submetida à aprovação formal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) e anterior constituição do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, por ato próprio do Governador.

### Seção III

#### DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃOS E UNIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA

Art. 34 - Ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), na condição de órgão deliberativo e normativo central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) compete:

I - Estabelecer princípios e diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos a serem observados pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) e Planos de Bacia Hidrográfica;

II - Aprovar proposição do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR), na forma estabelecida nesta lei;

III - Arbitrar e decidir os conflitos entre Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV - Atuar como instância de recurso nas decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

V - Deliberar sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos que extrapolem o âmbito de um Comitê de Bacia Hidrográfica;

VI - Estabelecer critérios e normas gerais para a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;

VII - Aprovar proposição da probabilidade associada à vazão outorgável, referida no § 4º do Artigo 16, desta lei;

VIII - Estabelecer critérios e normas gerais sobre a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

IX - Estabelecer critérios para o rateio de custos de usos múltiplos dos recursos hídricos;

X - Instituir Comitês de Bacia Hidrográfica;

XI - Reconhecer consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas e associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos como unidades executivas descentralizadas integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR);

XII - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento compatíveis com a gestão de recursos hídricos do Estado ou de sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do Artigo 5º desta lei.

Art. 35 - À Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na condição de

órgão executivo gestor e coordenador central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) compete:

I - Encaminhar à deliberação, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos CERH/PR a proposta do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) e suas modificações, tendo os Planos de Bacia Hidrográfica como base;

II - Formentar a captação de recursos para financiar ações e atividades do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR), supervisionando e coordenando a sua aplicação;

III - Acompanhar e avaliar o desempenho do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR);

IV - Zelar pela manutenção de política de remuneração pelo uso da água, observando as disposições constitucionais e legais aplicáveis;

V - Outorgar e suspender o direito do uso de água, mediante procedimentos próprios;

VI - Estabelecer, com base em proposição dos Comitês de Bacia Hidrográfica, os represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, referidos no § 1º do Artigo 13 desta lei;

VII - Gerir o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos e manter cadastro de usos e usuários das águas, com a cooperação das unidades executivas descentralizadas de que trata o inciso IV do Artigo 29 desta lei;

VIII - Realizar diretamente ou autorizar, mediante delegação, a cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos pelas Agências de Água, consórcios ou associações intermunicipais de bacia hidrográfica ou associações regionais locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;

IX - Aplicar penalidades por infrações previstas nesta lei, em seu regulamento e nas normas deles decorrentes, inclusive as originárias de representação formal subscritas por unidades executivas descentralizadas;

X - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), compatíveis com a gestão de recursos hídricos.

Art. 36 - Aos Comitês de Bacia Hidrográfica, na condição de órgãos regionais de caráter deliberativo e normativo, na sua área territorial de atuação, compete:

I - Promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - Arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - Aprovar o Plano de Bacia Hidrográfica em sua área territorial de atuação;

IV - Acompanhar a execução do Plano de Bacia Hidrográfica e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - Propor critérios e normas gerais para a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos;

VI - Propor à autoridade competente do Poder Executivo Estadual, os represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VII - Propor ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), a probabilidade associada à vazão outorgável, referida no § 4º do Artigo 16 desta lei;

VIII - Aprovar proposição de mecanismos de cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos e dos valores a serem cobrados;

IX - Estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

X - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), compatíveis com a gestão de recursos hídricos.

Parágrafo Único - Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de acordo com a sua esfera de competência.

Art. 37 - Às Unidades Executivas Descentralizadas compete:

I - Elaborar o Plano de Bacia Hidrográfica para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica ou Comitês de Bacias Hidrográficas;

II - Promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação;

III - Participar da gestão do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área territorial de atuação, com a cooperação das entidades estaduais responsáveis;

IV - Manter cadastro de usuários de recursos hídricos, com a cooperação das entidades estaduais responsáveis;

V - Efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

VI - Analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso da água e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;

VII - Acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação;

VIII - Propor ao respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica:

a - o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR);

b - os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos;

c - o plano de aplicação dos recursos disponíveis, com destaque para os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

d) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

e) a divisão dos cursos de água em trechos de rio e o cálculo da vazão outorgável em cada trecho;

f) a probabilidade associada à vazão outorgável em cada trecho de curso de água;

IX - Zelar pelo cumprimento desta lei, de seu regulamento e das normas deles decorrentes;

X - Representar perante o Órgão Executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) sobre as infrações aos dispositivos desta lei, de seu regulamento e das normas deles decorrentes;

XI - Prestar apoio administrativo, técnico e financeiro necessário ao bom funcionamento do Comitê de Bacia Hidrográfica da área de sua atuação;

XII - Dar conhecimento público sobre os objetivos e resultados de sua atuação;

XIII - Celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;

XIV - Elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica;

XV - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), compatíveis com a gestão de recursos hídricos.

## CAPÍTULO X

### PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

#### Seção I

##### DA PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Art. 38 - O Estado, por intermédio do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), poderá delegar ao Município que se organizar técnica e administrativamente, o gerenciamento de recursos hídricos de interesse exclusivamente local, compreendendo, dentro outros, os de bacias

hidrográficas, que se situem exclusivamente no seu território.

Parágrafo Único - A delegação referida no artigo será disciplinada em ato próprio, que observará os fundamentos, as diretrizes e os instrumentos previstos nesta lei, inclusive quanto à cobrança pelo direito de uso das águas.

#### Seção II

##### DAS ORGANIZAÇÕES CIVIS DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 39 - Para os efeitos desta Lei, são considerados habilitáveis para participação da gestão de recursos hídricos em bacias hidrográficas do estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 5º desta lei:

I - Os consórcios e as associações intermunicipais de bacias hidrográficas;

II - As associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;

III - As organizações técnicas de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos;

IV - As organizações afins reconhecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERN/PR).

Parágrafo Único - Para integrar o Sistema Estadual de gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) os consórcios, as associações e as organizações mencionadas neste artigo deverão ser legalmente constituídos, observada a legislação aplicável em vigor.

#### Seção III

##### DOS CONSÓRCIOS E DAS ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS

Art. 40 - O Estado incentivará a formação de consórcios ou de associações intermunicipais de bacias hidrográficas, para o exercício das competências reservadas às unidades executivas descentralizadas a que se refere o inciso IV do artigo 29 desta lei, de modo especial nas regiões que apresentarem quadro ou situação crítica relativamente aos recursos hídricos, cujo gerenciamento deverá ser feito segundo diretrizes e objetivos especiais mediante a celebração de convênio de mútua cooperação e de assistência.

#### Seção IV

##### DAS ASSOCIAÇÕES REGIONAIS, LOCAIS OU SETORIAIS DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 41 - O Estado incentivará a criação, a implantação e o funcionamento de associações civis,

mencionadas no inciso II do art. 39 desta lei, legalmente constituída sem fins lucrativos e reconhecidas de utilidade pública, na forma da lei, mediante a participação majoritária de usuários de recursos hídricos, para exercerem as funções, competências e atribuições inerentes às unidades executivas descentralizadas, a que se refere o inciso IV do artigo 29 desta lei, para o gerenciamento de recursos hídricos na área de atuação de seu respectivo Comitê de bacia Hidrográfica.

§ 1º - As Associações civis referidas neste artigo celebrarão Contato de Gestão com o Estado do Paraná, representado por seu Governador, com a interferência das Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, bem como dos demais órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Estadual ligados à política e à gestão de recursos hídricos, para o cumprimento de funções inerentes ao gerenciamento de recursos hídricos de bacia hidrográfica do Estado e em sub-bacia de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta Lei.

§ 2º - Contrato de Gestão, para efeito desta lei, é o acordo de vontades celebrado na forma prevista no parágrafo anterior, com a finalidade de assegurar às associações civis referidas no artigo, autonomia técnica, administrativa e financeira.

§ 3º - Os critérios, as exigências formais e as condições gerais para a celebração do Contato de Gestão, referido nesta Seção, serão objeto de regulamento aprovado por Decreto do Governador do Estado.

§ 4º - Na hipótese de delegação pela União Federal ao Estado para o gerenciamento de bacia hidrográfica de recursos hídricos de seu domínio, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) poderá sub-rogar às associações civis previstas nesta Seção o gerenciamento da bacia, com a observância da celebração do Contrato de Gestão e dos demais atos que se fizerem necessário para a consecução do instrumento delegatório.

#### Seção V

### DAS ORGANIZAÇÕES TÉCNICAS DE ENSINO E PESQUISA NA ÁREA DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 42 - As organizações técnica de ensino e de pesquisa com interesses na área de recursos hídricos, legalmente constituídas e declaradas de utilidade pública, na forma da lei, poderão prestar apoio e cooperação ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), mediante convênio ou contrato, como convier, observada a legislação aplicável.

Parágrafo Único - O apoio e a cooperação referido no artigo, consistirão, basicamente, em ações e atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, capacitação de recursos, humanos, treinamento de pessoal, informatização e prestação de serviços afins, compatíveis com a política e a gestão de recursos hídricos do estado de que trata esta Lei.

#### Seção VI

### DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA ÁREA DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 43 - A participação de organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesse difusos e coletivos da sociedade e das comunidades poderá ser credenciada perante o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), na forma de ato próprio baixado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, após audiência ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

#### Seção VI

### DO RECONHECIMENTO DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES CIVIS NO GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 44 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), mediante proposta do Comitê de Bacia Hidrográfica, poderá reconhecer outras organizações civis, legalmente constituídas e reconhecidas de utilidade pública, com interesses em recursos hídricos, para participarem, de forma auxiliar, no gerenciamento da respectiva bacia hidrográfica.

#### CAPÍTULO XI

### INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 45 - Constituem infrações às normas de utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos estabelecidas pelo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR):

I - A utilização de recursos hídricos sem a respectiva outorga de direito de uso;

II - O início de implantação, ampliação e alteração de qualquer empreendimento relacionado com a derivação ou a utilização de recursos hídricos que importem alterações no seu regime, quantidade ou qualidade, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes integrantes Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

III - A utilização de recursos hídricos ou a execução de obras ou serviços em desacordo com as condições estabelecidas na outorga;

IV - A perfuração de poços para a extração de água subterrânea ou sua operação sem a devida

autorização, ressalvados os casos de vazão insignificante, assim definidos em regulamento;

V - A fraude nas medições dos volumes de água captados e a declaração de valores diferentes dos utilizados;

VI - A transgressão das instruções e dos procedimentos prefixados pelos órgãos e entidades competentes que integram o Sistema Estadual de gerenciamento de Recursos Hídricos;

VII - Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades no exercício de suas funções.

Art. 46 - Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração do estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta lei, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator ficará sujeito às seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:

I - Advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para a correção das irregularidades;

II - Multa, simples ou diária, proporcional à gravidade de infração de 1.200 (um mil e duzentos) a 12.000 (doze mil) vezes o valor nominal do Fator de Convenção e Atualização (FCA), ou outro fator que venha a substituí-lo, instituído pelo Poder Executivo Estadual;

III - Embargo provisório, por prazo determinado, para execução de serviços e obras necessárias ao efetivo cumprimento das condições de outorga ou para o cumprimento de normas referentes ao uso, controle, conservação e proteção dos recursos hídricos;

IV - embargo definitivo, com revogação da outorga, se for o caso, para repor incontinente, no seu antigo estado, os recursos hídricos, leitos e margens, nos termos dos art. 58 e 59 do Código de Águas ou tamponar os poços de extração de água subterrânea.

§ 1º - Sempre que da infração cometida resultar prejuízo ao serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo estabelecido pelo inciso II deste artigo.

§ 2º - No caso dos incisos III e IV, independente da pena de multa, serão cobrados do infrator as despesas em que incorrer a Administração para tornar efetivas as medidas previstas nos citados incisos, na forma dos artigos 36, 53, 56 e 58 do Código de Águas, sem prejuízo de responder pela indenização dos danos a que der causa.

§ 3º - Pauta tipificada de infrações e respectivas penalidades, segundo o grau e as características de sua prática, será fixada em tabela própria, prevista em lei.

§ 4º - A aplicação das penalidades previstas nesta lei, levará em conta:

a - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

b - os antecedentes do infrator.

§ 5º - Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

§ 6º - Da aplicação das sanções previstas neste Capítulo caberá recurso à autoridade administrativa competente, nos termos do Regulamento.

§ 7º - A aplicação das penalidades obedecerá ao princípio do devido processo legal.

Art. 47 - As penalidades por infrações tipificadas na legislação ambiental serão aplicadas pelo órgão seccional do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, como previsto na lei federal respectiva.

Art. 48 - A autoridade administrativa procederá a cobrança amigável de débitos decorrentes do uso de recursos hídricos, após o término do prazo para o seu recolhimento, acrescido de multa de 5% (cinco por cento) e de juros legais, a título de mora, enquanto não inscritos para execução judicial.

Parágrafo Único - Esgotado o prazo concedido para a cobrança amigável, a autoridade administrativa encaminhará o débito para a inscrição em Dívida Ativa, na forma da legislação em vigor.

## CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 49 - O Executivo Estadual estabelecerá, em regulamento próprio, no prazo de 18 (dezoito) meses a partir da vigência desta lei, os procedimentos relativos à cobrança pelo direito de uso da água, a ser implementada de forma gradual.

Art. 50 - O Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), para dar cumprimento ao disposto nesta lei, aplicará, quando e como couber, o regime de concessões e autorizações previsto nas leis federais respectivas, sem prejuízo da legislação estadual aplicável.

Art. 51 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Contrato de Gestão com associação civil de usuários de recursos hídricos, que se revestir das exigências e condições estabelecidas nesta lei, a qual vincular-se-á à Administração Pública Estadual, por cooperação, no gerenciamento de recursos hídricos de bacia hidrográfica de domínio do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão

a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta lei.

Art. 52 - A fim de orientar, em cada bacia hidrográfica, o processo de implantação de modalidade de unidade executiva descentralizada integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme previstas no Artigo 29, parágrafos 1º e 2º desta lei, o Poder Executivo, mediante decreto, ouvido o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), baixará as instruções necessárias relativas à definição do início efetivo de suas ações e atividades operativas.

Parágrafo Único - Enquanto não for definitivamente implantada a modalidade de unidade executiva descentralizada, o Poder Executivo, no decreto de que trata este artigo, poderá incumbir, por prazo determinado, a órgão ou entidade da Administração Pública Estadual as funções, competências e atribuições inerentes à citada unidade, até que esta possa entrar em plena operação.

### CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 54 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 55 - Revogam-se as disposições em contrário.  
À Diretoria Legislativa.

#### Ofícios:

Sob o nº 7485/98, da Senhora Maria Emília Rocha Mello de Azevedo, Secretária de Política Urbana, comunicando autorização de repasse de R\$1.434.673,96, a este Estado, destinado ao pagamento de parcelas relativas a obras em diversos municípios, no âmbito dos Programas de Ação Social em Saneamento - PASS e HABITAR/BRASIL, contratadas em 1997, por meio da Caixa Econômica Federal. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/162/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 477/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/163/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado

integralmente o Projeto de Lei nº 575/97, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, pelo fato da entidade não preencher plenamente os requisitos necessários para sua declaração como de utilidade pública. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/165/98, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa, o Projeto de Lei nº 735/97, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/164 e 166 a 203/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

706/97: De autoria do Deputado Beto Richa que, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Agricultores Pôr-do-Sol, com sede e foro no Município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.140. **Anote-se - Arquite-se.**

353/97: De autoria do Deputado César Seleme que, declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.141. **Anote-se - Arquite-se.**

091/96: De autoria do Deputado Beto Richa que, cria na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, Comissão Especial para efetuar o levantamento da Memória Política do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.142. **Anote-se - Arquite-se.**

596/97: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a ceder o uso ao Município de Formosa do Oeste, do imóvel que especifica, situado naquele Município e Comarca, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.143. **Anote-se - Arquite-se.**

374/97: De autoria do Deputado Walmor Trentini que, cria o Pólo Agro-Industrial do Noroeste, liderado pelo Município de Paranavaí, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a agro-indústria da Região Noroeste do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.144. **Anote-se - Arquite-se.**

502/96: De autoria do Deputado Edgar Bueno que, denomina de Ginásio de Esportes "Fábio Luiz Buchner", o Ginásio do Colégio Polivalente Pedro Boaretto Neto, da Cidade de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.145. **Anote-se - Arquite-se.**

351/97: De autoria do Deputado Luiz Accorsi que, declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras de Loanda, com sede e foro no Município de Loanda, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.146. **Anote-se - Arquivo-se.**

659/97: De autoria do Deputado Élio Lino Rusch que, declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste Paraná - CISOP, com sede e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.147. **Anote-se - Arquivo-se.**

085/97: De autoria do Deputado Luiz Accorsi que, concede o título de Cidadã Honorária do Paraná a Roseli Aparecida Machado, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.148. **Anote-se - Arquivo-se.**

577/97: De autoria do Deputado Geraldo Cartário que, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Antônio Ermínio de Moraes, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.149. **Anote-se - Arquivo-se.**

364/97: De autoria do Deputado Geraldo Cartário que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alvorada do Sul - APAE, com sede no Município de Alvorada do Sul e foro no Município de Bela Vista do Paraíso, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.150. **Anote-se - Arquivo-se.**

618/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita de promoção Social - SEPS, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.151. **Anote-se - Arquivo-se.**

570/97: De autoria do Deputado Cesar Seleme que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Rocio I, com sede e foro no Município de Palmeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.152. **Anote-se - Arquivo-se.**

513/97: De autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli que, declara de Utilidade Pública a Sociedade Filantrópica Luz, com sede e foro na cidade de São Jerônimo da Serra, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.153. **Anote-se - Arquivo-se.**

481/97: De autoria do Deputado Marquinho Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Mestres, Alunos e Amigos do Centro Municipal de Atendimento ao Deficiente Visual de Maringá - AMAADEVI, com sede e foro no Municí-

pio de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.154. **Anote-se. Arquivo-se.**

475/97: De autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa Unidos do Parque, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.155. **Anote-se. Arquivo-se.**

435/97: De autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Cultural e Recreativa de Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.156. **Anote-se. Arquivo-se.**

438/97: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Deficientes de Paranavaí, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.157. **Anote-se. Arquivo-se.**

417/97: De autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação do Núcleo de Produção da Terceira Idade, com sede e foro no Município de Francisco Alves, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.158. **Anote-se. Arquivo-se.**

401/97: De autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.159. **Anote-se. Arquivo-se.**

303/97: De autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Alto Paraná, com sede e foro no Município de Alto Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.160. **Anote-se. Arquivo-se.**

052/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Educacional das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná - AEADEPAR, com sede e foro no Cidade de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.161. **Anote-se. Arquivo-se.**

383/97: De autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação da Escola de Campo - Casa Familiar Rural de

Ortigueira, com sede e foro no Município de Ortigueira, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.162. **Anote-se. Arquivo-se.**

437/97: De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Piquiri, com sede e foro no Município de Alto Piquiri, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.153. **Anote-se. Arquivo-se.**

454/97: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Paranapanema - CISVAP, com sede e foro no Município de Colorado, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.164. **Anote-se. Arquivo-se.**

244/96: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Doutor Lamartine Rollo Soares - A.P.M., com sede e foro no Município de Loanda, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.165. **Anote-se. Arquivo-se.**

423/97: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM, da Escola Estadual Atílio Codato, com sede e foro no Município de Cambé, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.166. **Anote-se. Arquivo-se.**

272/96: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Profissionais de Paranavaí - ACIAP, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.167. **Anote-se. Arquivo-se.**

004/98: De autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Esportistas do Jardim Alvorada de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.168. **Anote-se. Arquivo-se.**

368/97: De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulisses, com sede no Município de Doutor Ulisses e foro no Município de Cerro Azul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.169. **Anote-se. Arquivo-se.**

040/97: De autoria do Deputado Aníbal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa de Repouso Vovó Joana, com sede e foro

nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.170. **Anote-se. Arquivo-se.**

263/97: De autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Marmeleiro, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.171. **Anote-se. Arquivo-se.**

341/97: De autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Professora Nilda Simioni Rodrigues, com sede e foro na Cidade de Jaguapitã, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.172. **Anote-se. Arquivo-se.**

745/97: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Guruaia - ACMARC, com sede e foro na Cidade de São Jorge do Patrocínio, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.173. **Anote-se. Arquivo-se.**

742/97: De autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mães e Pais do Conjunto Aquiles Stenghel - AMPAS, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.174. **Anote-se. Arquivo-se.**

684/97: De autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Morangueira, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.175. **Anote-se. Arquivo-se.**

234/97: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Alto Boqueirão - BENE, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.176. **Anote-se. Arquivo-se.**

146/97: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo de Paranaity, com sede e foro no Município de Paranaity, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.177. **Anote-se. Arquivo-se.**

453/97: De autoria do Deputado Emerson Nerone, que denomina Professor José Brasil de Camargo, o campus da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - PR, o qual conver-

tido em Lei tomou o nº 12.178. Anote-se. Arquive-se.

Do Senhor Gilberto Pepe, deixando o cargo de Diretor Técnico-Comercial da Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS, e apresentando Declaração de Bens e Direitos do seu patrimônio. Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Augusto Riezemberg Neto, comunicando que assumiu o cargo de Diretor Técnico-Comercial da Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS, e apresentando Declaração de Bens e Direitos de seu patrimônio. Ao conhecimento da Casa.

Sob nº 1371/98, do Senhor Ramiro Wahrhaftig - Secretário de Estado da Educação, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Plano de Saúde Vida e Equipamentos de Informática adquiridos pelo Colégio Estadual Júlio Wanderley". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 1202

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, preferência na discussão e votação do item 09, Projeto de Lei nº 238/98, da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 24.06.98

(a) VALDIR ROSSONI

##### REQUERIMENTO Nº 1217

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 98/98, item 04 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

##### REQUERIMENTO Nº 1201

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes

da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, e que não sofreram emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) VALDIR ROSSONI

##### REQUERIMENTO Nº 1218

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do regimento interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação final aos projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGUETTI

##### REQUERIMENTO Nº 1219

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do regimento interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final ao Projeto de Lei nº 244/98 aprovado em 2ª Discussão, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, e que não sofreu emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) VALDIR ROSSONI

##### REQUERIMENTO Nº 1216

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, com base no regimento interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGUETTI

##### REQUERIMENTO Nº 1206

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a transformação da sessão plenária em Comissão Geral de Plenário, para apreciar as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 238/98.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(aa) LUIZ ACCORSI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, MILTON PUPPIO, JOSÉ TAVARES, BETO RICHIA, HERMAS BRANDÃO, VALDIR ROSSONI, NELSON GARCIA, EDNO

GUIMARÃES, NELSON JUSTUS, HIDEKAZU TAKAYAMA, EDUARDO TREVISAN, LUIZ CARLOS ALBORGUETTI, AUGUSTINHO ZUCCHI, CESAR SELEME, MARQUINHOS ALVES E SÂMIS DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER seja viabilizado o aproveitamento das atuais equipes constituídas por técnicos especializados em análise que atuam junto ao BADEP e a Carteira de Desenvolvimento do BANESTADO com direito de opção, visando propiciar considerável economia para o Estado, vez que dispensará a prévia formação e treinamento de pessoal altamente especializado sem despesas adicionais.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER que seja concedida a estabilidade de 02 (dois) anos a todos os funcionários do BANESTADO que não aderirem ao PDV - Programa de Desligamento Voluntário, tendo como termo inicial da estabilidade o dia 1º de março de 1999.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste requerimento é diminuir os defeitos negativos do projeto, que traz o risco da demissão para os servidores que não aderirem ao PDV.

A estabilidade temporária traria a vantagem de dar condições aos servidores para se prepararem para novas atividades, evitando sofrimentos para valorosos profissionais que dedicaram preciosos períodos de vida à causa da empresa, muitas vezes com sacrifícios pessoais e familiares.

REQUERIMENTO Nº 1211

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, visando proteger o Fundo de Pensão dos Funcionários do BANESTADO, REQUER que seja assegurada a eleição de um Diretor representante dos funcionários da FUNBEP e de dois representantes dos funcionários da ativa no Conselho de Curadores da Fundação, tendo em vista a alteração da estrutura jurídica do Banco do

Estado S/A., na Fundação Banestado de Previdência, FUNBEP.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1185

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, à família do Senhor Taro Haraki, falecido no último dia 17 de junho no Distrito de Carajás, município de Jesuítas.

Peço enviar cópia à família enlutada na Av. Ubiratã, s/nº, Distrito de Carajás, município de Jesuítas, CEP 85830-000.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão plenária votos de profundo pesar, pelo falecimento do cantor Leandro da dupla sertaneja Leandro e Leonardo, ocorrida nesta madrugada do dia 23/06/98, vítima de uma grave doença.

O tempo e a distância, jamais apagarão do coração de todos os seus familiares, amigos e companheiros, a lembrança e o carinho daquele que fez da sua vida um exemplo de honestidade, trabalho e dedicação à sua profissão e aos seus semelhantes.

Requer outrossim o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO 1213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, que seja enviado votos de pesar à família Andrade, pelo falecimento do Sr. Alex da Silva Andrade, ocorrido no dia 24 de junho do ano em curso.

Profundamente chocados, lamentamos a súbita perda do amigo Alex.

Fica a saudade e a lembrança do moço íntegro, e companheiro, em nossos corações fica a dor da sua perda que durará para sempre.

A família enlutada, que Deus na sua infinita bondade derrame sobre seus familiares fé, força e alento neste momento de dor e consternação.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO Nº 1214

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado voto de pesar à família Martins, pelo falecimento do Sr. José Martins, ocorrido no dia 24 de junho do ano em curso.

Profundamente chocados, lamentamos a súbita perda do amigo José.

Fica a saudade e a lembrança do homem íntegro, e companheiro, em nossos corações fica a dor da perda que durará para sempre.

À família enlutada, que Deus na sua ínfima bondade derrame sobre seus familiares fé, força e alento neste momento de dor e consternação.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO Nº 1197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor Zulfiro Antônio Bósio, alusivos à posse na Presidência da Associação Brasileira da Indústria Elétronica - Regional Paraná.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Água Verde, 2503 - ap. 61 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 1198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao SIND/SEAB Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, FUNDEPAR e afins, alusivos à eleição da nova Diretoria para o triênio 1998/2001, a realizar-se no próximo dia 26 de junho.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquele Sindicato, senhor Roberto de Andrade Silva, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Dr. Manoel Peixoto, 711 - Cabral - CEP 80035-030, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 1200

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações para com Acessórios Cabral, de propriedade do Sr. Alceu Caetano da Silva, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Dep. Joaquim José Pedrosa, nº 363, Cabral, CEP 80035-120, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

## REQUERIMENTO Nº 1189

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, Moção de Honra ao Sr. Ywao Miyamoto, Coordenador Geral da Comissão Organizadora dos Festejos, alusivos aos 90 anos da imigração japonesa no Brasil - IMIN90.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

## JUSTIFICATIVA:

O Sr. Ywao Miyamoto, para o qual proponho a presente Moção de Honra, é uma pessoa muito atuante na comunidade nipônica no Brasil, promovendo o intercâmbio cultural entre as diversas etnias em nosso País, tais como a Coordenação Geral da Comissão organizadora dos Festejos alusivos aos 90 anos de imigração japonesa no Brasil - IMIN90, evento realizado na cidade de Rolândia no dia 20 de junho do corrente ano, com a presença do Excelentíssimo Sr. Presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, do Excelentíssimo Chanceler do Japão, Sr. Keizo Obuchi, e do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, assim como, Deputados Federais, Estaduais, e demais autoridades constituídas.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o brilhante trabalho desenvolvido pelo Sr. Ywao Miyamoto, é que proponho que seja concedido ao mesmo, a presente Moção de Honra.

## REQUERIMENTO Nº 1187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando apoio tático e operacional à Polícia Civil e Polícia Militar do Município de Guaíra, bem como uma parceria entre a INTERPOL, Polícia Federal, Marinha e Ministério da Justiça, para que, em conjunto com a polícia

paraguaia realizem operações de combate ao crime organizado na fronteira.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) IRINEU COLOMBO.

#### JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa intensificar e apoiar o trabalho da Polícia Civil e Militar de Guaíra. Com isso, queremos dar mais tranquilidade à população, dotando a polícia de melhores condições de trabalho. Sem dúvida, a manutenção da segurança do cidadão é fundamental para melhorar a qualidade de vida no município.

O apoio técnico para a polícia é necessário para coibir o tráfico de drogas, furto e roubo de veículos e porte ilegal de armas. Além disso, a polícia terá condições de intensificar a repressão ao crime organizado, principalmente contra assaltos em instituições financeiras, cooperativas, fazendas e outras empresas. E também irá inibir a ação de quadrilhas especializadas em assaltar propriedades rurais próximas ao Lago de Itaipu.

Para tanto, é preciso que seja estabelecido contato com a INTERPOL, Polícia Federal, Marinha e Ministério da Justiça para que, em conjunto com a polícia paraguaia, prendam os assaltantes que refugiam-se no país vizinho. Desta forma, os agricultores e a sociedade em geral estariam livres definitivamente dos ataques praticados pelos bandidos.

Posto isso, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Corregedor Oto Luiz Sponholz, solicitando que o "Mutirão Cidadania" seja realizado na Cidade de Foz do Iguaçu.

O "Mutirão Cidadania" é uma iniciativa louvável da Corregedoria Geral da Justiça, em convênio com demais entidades, que prevê a emissão de RG e Certidão de Nascimento para aqueles cidadãos que não possuem esses documentos, suprimindo uma demanda da população carente e resgatando a cidadania e a dignidade daqueles considerados "cidadãos clandestinos".

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 40 milhões de brasileiros não possuem documentos. O Paraná não foge à regra brasileira e possui muitos cidadãos que sequer têm uma Certidão de Nascimento.

Pela sua característica de ser uma cidade de fronteira e ainda por ser uma cidade pólo no extremo Oeste paranaense, entendo que Foz do Iguaçu deva fazer parte do roteiro do "Mutirão Cidadania", iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça em convênio com demais entidades, que prevê a emissão de RG, Certidão de Nascimento e Carteira de Trabalho para aqueles cidadãos que não possuem esses documentos. O "Mutirão Cidadania" é comandado pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor Oto Luiz Sponholz, que faz um excelente trabalho a favor dos excluídos.

Por tudo isso, peço o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor José Serra, Digníssimo Ministro da Saúde e ao Excelentíssimo Senhor Doutor Armando Bardou Martinho Raggio, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando providências para que seja implantado, no Sistema Único de Saúde do Paraná, vacinação preventiva aos idosos, no combate à gripe e à pneumonia.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

A vacinação preventiva é a maneira mais eficaz de evitar as infecções causadas pelo vírus da gripe, doença que mata milhares de pessoas todos os anos, apesar de ser considerada uma doença benigna.

A eficácia da vacina já foi plenamente comprovada. Entretanto, o elevado custo da mesma, impede que a maioria da população possa fazer uso dela, daí a importância da implantação de um calendário de vacinação anual, através do Sistema Único de Saúde, a exemplo do que já ocorre em vários países.

Por outro lado, a Organização Mundial de Saúde recomenda a vacinação pneumocócica, a cada cinco anos, especialmente em pessoas acima de 65 anos.

Entendemos como medida de inteira justiça e um dever do Estado, garantir aos idosos o direito à vida, cuidando de seu bem-estar, até mesmo em reconhecimento aos inúmeros anos de trabalhos prestados.

#### REQUERIMENTO Nº 1193

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Procurador Geral de Justiça, Doutor Gilberto Giacóia, solicitando abertura de inquérito para apurar denúncias feitas contra o Delegado de Polícia, Doutor Gerson de Almeida Santos, quando da sua permanência na Delegacia de Polícia da Cidade de Faxinal - Estado do Paraná, conforme documentos em anexo.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) EDSON SILVA LINO

#### REQUERIMENTO Nº 1194

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Doutor Hitoshi Nakamura, Secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando a construção de um pavilhão para armazenamento de embalagens de agrotóxicos em lugar estratégico para atender toda a região Sudoeste do Estado, dentro do programa "PARANASAN", que prevê a implantação de unidades regionais em todo o Estado.

Tal solicitação, considerada pelas Câmaras de Vereadores de Pato Branco e Coronel Vivida como de grande importância para a região - conforme cópias de ofícios em anexo - visa impedir a poluição ambiental na região, bem como atuar preventivamente em defesa da saúde dos moradores daquela vasta região.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando a importância dessa construção para a conservação do meio ambiente, pois muitas vezes as embalagens de agrotóxicos são atiradas em qualquer lugar, incluindo os rios e córregos, poluindo as fontes de água potável, consumida pela população da região, acredita este Parlamentar que a construção de um pavilhão que possa atender o armazenamento dessas embalagens, poderá atuar, preventivamente, em favor da população do Sudoeste.

Como é do conhecimento deste Parlamentar, o Programa "PARANASAN", visa implantar Unidades Regionais em todo o Estado, portanto, o que estamos solicitando é a inclusão dessa unidade de armazenamento de agrotóxicos da região Sudoeste, nesse programa.

É a justificativa.

#### REQUERIMENTO Nº 1207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja enviado expediente ao SINDOCEFET/PR e professores do Centro Federal

de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET/PR) manifestando solidariedade ao jejum pela educação nacional e pela valorização salarial.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

Depois de várias tentativas de negociação com o MEC, 14 professores voluntários decidiram entrar em greve de fome às 15:00 horas do dia 15/06, na Universidade de Brasília. Num ato solidário, onze professores do CEFET/PR vão jejuar durante 24 horas. O jejum se iniciou às 11:00 horas do dia de hoje.

A greve de fome e o jejum alertam a sociedade para esta situação e para o impasse criado pela recusa do Governo em negociar. Os objetivos da greve são pela retirada do projeto de lei que institui a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), de caráter discriminatório e que não resolve a defasagem salarial, trocando-o pela apresentação imediata de um projeto de lei negociado com o movimento docente das Instituições de Ensino Superior, a ser votado até 30 de junho próximo.

O jejum dos professores do CEFET deve contar com o nosso apoio, pela causa a que se dispõe.

#### REQUERIMENTO Nº 1212

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado do Ensino Superior, para que aquela pasta tome providências urgentes no envio de Mensagem Governamental a esta Casa de Leis, tratando de Estadualização da Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL).

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO Nº 1215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Abrão Tanure, Secretário de Estado da Segurança Pública.

Em virtude dos fatos amplamente noticiados pela imprensa paranaense no dia 20 de junho, referente ao despejo de famílias sem-teto, no Município de Guarapuava, solicito explicações e providências imediatas para cessar as ilegalidades, bem como apurar as responsabilidades devidas.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

No último dia 18 de junho, cerca de 130 policiais militares retiraram 75 pessoas de uma área per-

tencent a Prefeitura Municipal de Guarapuava, sendo que a operação foi realizada em horário proibido pela Constituição Federal (4:10 h.), além de ter sido realizada com violência física e psicológica às famílias.

Na ocasião foi ainda determinada a prisão em flagrante de 16 pessoas, sob a alegação do acometimento de esbulho possessório e desobediência judicial, o que é absolutamente ilegal de acordo com a Lei nº 9.099/95, combinado com o Código Penal Brasileiro, estando ainda as referidas pessoas ilegalmente detidas.

#### REQUERIMENTO Nº 1195

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM o envio de pedido de informações ao Presidente do Banco do Estado do Paraná (BANESTADO), Senhor Manoel Garcia Cid, fazendo os questionamentos que seguem:

- Tendo em vista a não divulgação de dados oficiais relativos ao débito R\$3.750.000.000,00 (três bilhões, setecentos e cinquenta milhões de reais), junto a Instituição Paranaense de Crédito BANESTADO, vimos por este, requerer que sejam detalhadas as seguintes operações:

01. Valor da dívida mobiliária em 30 de março de 1998, Valor da dívida do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), em 30 de março de 1998, Valor de Ativos de propriedade do Banco do Estado do Paraná S/A, referentes a créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), em 30 de março de 1998.

02. Quais as operações realizadas pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), e os valores que resultaram a dívida em 31 de março de 1998.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(aa) IRINEU COLOMBO, NEREU MOURA, EMERSON NERONE, TOTI COLAÇO, CAÍTO QUINTANA, ORLANDO PESSUTI, JOSÉ MARIA FERREIRA, PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VANHONI, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, SÂMIS DA SILVA e DOUTOR ROSINHA

#### Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 253/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, na forma do art. 25 § 3º da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a região Metropolitana de Maringá constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu e Mandaguaçu.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Maringá terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constitui-se de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice feita pelo Prefeito de Maringá e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana e de 3 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º - Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - Coordenar a execução de programas e projetos de interesses da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - Opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesses da região Metropolitana.

II - Sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região:

I - Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - Saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

III - Uso do solo metropolitano;

IV - Transportes e sistema viário;

V - Aproveitamento dos recursos hídricos e controle da população ambiental.

Art. 6º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

Dentro da perspectiva de desenvolvimento levando em conta as afinidades histórico-culturais e geográficas de uma determinada comunidade, para que os resultados sejam efetivos é necessário um planejamento e organização integradas com a finalidade única de que o crescimento seja harmônico e racional, sem desperdício de estrutura e recursos.

A criação da Região Metropolitana de Maringá pode ser o caminho para que o atendimento destas comunidades possa ser feito de forma equivalente por entidades técnicas regionais, que possam proporcionar melhor qualidade de serviços na área social, que possam propor ações de desenvolvimento econômico sem permitir que o crescimento acelerado das cidades possa prejudicar a urbanização e o meio ambiente.

O crescimento urbano acelerado gera necessidades novas de infra-estrutura para melhorar a qualidade de vida e o crescimento industrial.

No entanto, esse intenso e rápido processo de desenvolvimento que traz riquezas para a região, também traz problemas complexos e desafios a vencer.

O desenvolvimento da região está diretamente ligado ao crescimento do complexo agroindustrial. É fundamental aumentar a competitividade para assegurar posições vantajosas nos mercados que se integram e se internacionalizam.

A diversificação das atividades industriais e de serviços foi acelerada nos últimos 10 anos. As indústrias leves e de produtos mais elaborados deverão ganhar cada vez mais importância.

É preciso resolver os problemas urbanos para que a região possa atrair atividades econômicas mais dinâmicas e mais sofisticadas.

Para melhorar as condições de vida da população, é preciso ampliar os serviços públicos, a infra-estrutura urbana e atender aos problemas sociais, principalmente na área de saúde e habitação, integrando esses serviços e reduzindo as diferenças na oferta entre municípios.

A experiência da Companhia de Terras e a herança da "cidade-jardim" ainda estão preservadas e merecem ser resgatadas como modelo de organização territorial e de urbanização.

É necessário dotar as prefeituras municipais de melhores condições de gerência para uma nova realidade.

O Artigo 25, § 3º, da Constituição Federal delega aos estados a criação, através da Lei Comple-

mentar, de regiões metropolitanas. A Constituição Estadual, no seu Capítulo III, Artigos 21, 22, 23, 24, 25 e 26, define a instituição e organização das regiões metropolitanas.

O planejamento moderno deverá ser sistêmico e orgânico para que os resultados efetivamente tragam algum benefício para a sociedade. Assim, umas das técnicas muito utilizadas em todo o mundo é o planejamento regional. Dentre estas perspectivas, os municípios de uma região determinada e com afinidades de natureza histórico-cultural e mesmo de espaço geográfico, passam a fazer parte de um projeto definido de desenvolvimento envolvendo todas as situações do indivíduo cidadão bem como da comunidade como um todo.

No Brasil, a Constituição de 1988 procurou dar condições jurídicas para que os municípios pudessem se organizar, sem evidentemente perderem suas identidades e autonomia dentro do regime federativo próprio de nosso país. Assim, o artigo 25, § 3º da Constituição Federal delega aos Estados a criação através de Lei Complementar, de regiões metropolitanas. A Constituição Estadual, por seu turno, e no capítulo III, artigos 21 - 26, define a instituição e organização das regiões metropolitanas.

Os municípios indicados para participarem da Região Metropolitana de Maringá tem uma vida econômica e social interligada por fatores os mais diversos, como a presença da Universidade, a indústria, a forte tradição agropecuária, os serviços e o comércio, enfim todo um universo convergente que habilita a constituição de uma região Metropolitana destinada a desenvolvimento de cada um e de todos os municípios integrados.

Assim, além de necessidades patente, a criação da região Metropolitana de Maringá comunga com o anseio da comunidade que exige, cada vez mais, o atendimento de suas necessidades.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 252/98

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - A Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 14 - As classes iniciais das carreiras policiais civis serão providas mediante concurso público regionalizado, de provas, ou de provas e títulos, para o provimento de cargos que exijam formação de nível superior, realizada através das seguintes fases, todas eliminatórias:

- I - Prova preambular de conhecimento gerais;
- II - Prova de conhecimento específico;

III - Exame de Investigação de conduta;

IV - Exame de Higiene Física;

V - Exame de Aptidão Física.

§ 1º - O provimento de cargo na carreira de Delegado de Polícia é privativo de bacharel em Direito.

§ 2º - Para os cargos de carreira de Perito Criminal será exigida formação de nível superior nos cursos de Química, Física, Engenharia e Arquitetura, Ciências Contábeis, Geologia, Farmácia e Bioquímica, Ciências da Computação e Informática e Direito, observada sempre a correspondência da função policial com a respectiva área de habilitação profissional.

§ 3º - O exercício pleno da atividade policial civil dependerá da conclusão e aprovação nos cursos de formação técnico-profissional específicos.

§ 4º - O número de cargos a serem preenchidos será fixado de acordo com o dimensionamento previsto no Orçamento Discriminado de Recursos Humanos, aprovado pela Secretaria de Estado da Administração e Secretaria de Estado da Segurança Pública e, uma vez providos, os seus titulares deverão nele se manterem até que se cumpram as exigências do estágio probatório.

Art. 15 - Os concursos públicos serão planejados e organizados pelo Conselho da Polícia Civil e executados pela Escola da Polícia Civil, sob a supervisão da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e terão validade máxima de dois anos, prorrogáveis por igual período, contados da homologação da Classificação final, e reger-se-ão por instruções especiais que estabelecerão, em função da natureza do cargo:

I - Tipo e conteúdo das provas e categorias dos títulos;

II - A forma de julgamento e a valorização das provas;

III - Os critérios de habilitação e classificação para fins de nomeação; e

IV - As condições para provimento referentes a:

a - capacidade física;

b - boa conduta na via pública e privada e a forma de sua apuração;

c - escolaridade.

Art. 16 - O Conselho da Polícia Civil, na existência de vagas a serem providas em qualquer das carreiras policiais civis iniciais, solicitará à Secretaria de Estado da Segurança Pública a necessária autorização para a abertura de concurso público.

Parágrafo Único - Das instruções para o concurso público constarão limite mínimo de idade, número de vagas, requisitos de ordem moral e

física, e exigência de provas de conhecimentos ou de provas e títulos.

Art. 17 - O pedido de inscrição além de outros que atestem a satisfação dos requisitos específicos das respectivas carreiras, será instruído com os seguintes documentos:

I - Prova de ser o candidato brasileiro nato ou naturalizado;

II - Prova de haver completado vinte e um anos de idade;

III - Prova de estar o candidato habilitado a dirigir veículos automotores, feita através da apresentação de cópia da Carteira Nacional de habilitação (CNH), expedida por órgão competente, em categoria a ser definida pelo Edital de concurso.

Art. 18 - Após conhecido o resultado da prova de que trata o item II do artigo 14, será iniciado o procedimento do exame de investigação de conduta, sendo eliminado do certame o candidato que apresentar desvios comportamentais que não o recomendem para o desempenho da função policial civil, ou em caso de falsificação de dados pessoais.

Art. 19 - Os candidatos aprovados na prova preambular de conhecimentos gerais, serão convocados para submeterem-se à prova de conhecimento específico, exame de investigação de conduta e aos exames de higiene e de aptidão física, todos de caráter também eliminatório, bem como para apresentar comprovante de escolaridade.

§ 1º - A apuração da conduta ilibada na vida pública e privada será constante em todas as etapas do concurso e se estenderá até a data da nomeação dos candidatos aprovados, sendo excluído do ato de nomeação o candidato que tiver demonstrada a sua indoneidade.

§ 2º - O exame de higiene física será realizado pelo Instituto Médico Legal do Paraná, que avaliará no conjunto, as condições do candidato, para fins de verificação de deformidades estruturais e anomalias morfológicas incompatíveis com o exercício da função policial civil.

§ 3º - O exame de aptidão física, destinado a avaliar as condições de agilidade e destreza nos movimentos deambulares, constituir-se-á de testes de impulsão vertical, salto em extensão, flexão abdominal, escalada, corrida de segmento e corrida aeróbica, observadas as tabelas de desempenho mínimo, a serem fixadas por professores de educação física, de acordo com o sexo e faixa etária dos candidatos.

Art. 20 - Encerradas as fases do concurso, exigidas para a investidura no cargo correspondente, proceder-se-á à classificação final, a qual será

encaminhada ao Secretário de Estado da Segurança Pública, para fins de homologação.

Art. 21 - A nomeação obedecerá rigorosamente a ordem de classificação no concurso.

Art. 22 - Completada a investidura no cargos, os empossados serão matriculados, compulsória e obrigatoriamente, no Curso de Formação Técnico Profissional específico, a ser ministrado pela Escola da Polícia Civil, ficando extintos, com esta Lei, o benefício da bolsa de estudos.

Art. 25 - ...

Parágrafo Único - A inspeção médica a que se refere o inciso V deste artigo, será realizada pela Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 37 - ...

§ 1º - Os requisitos de que trata este artigo são os seguintes:

I - Aprovação em curso de formação técnico profissional específico ministrado pela Escola de Polícia Civil;

II - Idoneidade moral;

III - Assiduidade;

IV - Disciplina;

V - Eficiência e produtividade; e

VI - Dedicação às atividades policiais.

§ 2º - ...

§ 3º - ...

§ 4º - ...

Art. 40 - A promoção é a elevação seletiva gradual e sucessiva do servidor policial civil estável à vaga de classe imediatamente superior aquela a que pertença, pelos critérios de merecimento e antiguidade, na proporção de 3/5 (três quintos) e 2/5 (dois quintos) respectivamente, na forma da regulamentação específica;

§ 1º - A promoção deverá ocorrer dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da abertura da vaga;

§ 2º - Constará obrigatoriamente da lista tríplice o servidor policial civil que tiver figurado por três vezes consecutivas, ou cinco alternadas, na lista de merecimento, condicionado ao número de vagas existentes, obedecida a regulamentação específica.

§ 3º - Para efeito de promoção, entende-se por antiguidade o tempo de efetivo exercício na classe e, em havendo empate na contagem para concorrer à mesma vaga, a precedência é sucessivamente do:

a - mais antigo na carreira;

b - mais antigo no serviço público;

c - mais idoso.

§ 4º - O Conselho da Polícia Civil publicará, no mês de janeiro de cada ano, o Almanaque do Policial Civil, que conterá o tempo de serviço e a pontuação alcançada durante o tempo apurado, conforme regulamentação.

Art. 41 - A promoção por merecimento depende de:

I - preenchimento de pré-requisitos;

II - avaliação de merecimento.

§ 1º - A promoção para a classe final das carreiras policiais civis somente se dará pelo critério do merecimento.

§ 2º - Os pré-requisitos serão estabelecidos por deliberação do Conselho da Polícia Civil.

Art. 224 - São circunstâncias que atenuarão a pena:

I - ...

II - ...

Art. 227 - A pena de suspensão inferior a noventa dias acarretará a perda da remuneração e será aplicada, mediante prévia sindicância, em caso de falta grave ou reincidência.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, são consideradas de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII, XI, XII, XIII, XVI, XX, XXI, XXII, XXIV, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXIV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XLI, XLII, XLIV, XLV, XLVI, LI, LII, LIII, LIV, LV, LVI, LVII, LIX, LX, LXI, LXV, LXVI, LXVIII, LXX, do artigo 213, desta lei.

§ 2º - ...

§ 3º - ...

Art. 230 - A pena de suspensão de noventa dias ou de demissão, será aplicada, mediante processo disciplinar, quando se caracterizar:

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - ...

VII - ...

VIII - ...

IX - ...

X - ...

XI - ...

XII - transgressões dos incisos I, II, III, XIV, XV, XVII, XVIII, XIX, XXVI, XXXII, XXXIII, XLIII, XLVII, XLVIII, XLIX, LVIII, LXII, LXIII, LXIV, LXVII, LXX, do artigo 213 desta lei.

Parágrafo Único - ...

Art. 244 - O Conselho da Polícia Civil determinará a instauração de processo disciplinar, através de Comissão Permanente ou Especial de Disciplina, ex officio, mediante representação fundamentada, investigação preliminar, por provocação de qualquer autoridade policial ou através de sindicância.

§ 1º - ...

§ 2º - ...

§ 3º - ...

§ 4º - ...

§ 5º - ...

§ 6º - ...

§ 7º - ...

§ 8º - ..."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se os incisos V e VI do art. 211 da Lei Complementar nº 14/82 e as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(aa) ANIBAL KHURY

JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa alterar dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil), no sentido de imprimir maior celeridade nos processos referentes ao concurso público para o ingresso nas carreiras policiais civis, sem se desviar da qualidade da seleção, e, uma vez investidos nos respectivos cargos policiais, os seus ocupantes possam vislumbrar a possibilidade de ascensão na carreira, obedecendo-se critérios mais justos, que permitam contemplar os concorrentes em razão do tempo de serviço e do mérito profissional. Ao lado dessas alterações, estabelecem-se normas mais adequadas a apuração de desvios de condutas funcionais, de acordo com a intensidade da falta, a avaliação dos elementos subjetivos que a motivaram, e as circunstâncias que a envolvem, através dos procedimentos administrativos disciplinares próprios, na forma de Sindicância ou Processo Disciplinar, ambos procedidos em obediência ao princípio do contraditório, visando assegurar ao acusado o exercício da mais ampla defesa, e agilizando a conclusão dos procedimentos, evitando que, ao seu final, pelo decurso do tempo, a decisão prolatada já não produza os efeitos de prevenção e repressão dos desvios de conduta dos servidores policiais civis.

#### 01 - Do Concurso, da Investidura e do Estágio Probatório

O ingresso nas carreiras policiais civis depende de aprovação prévia em concurso de pro-

vas, ou de provas e títulos, nesta caso para os cargos em que a lei exige formação de nível universitário. Cumpre especificar quais são estes cargos, estabelecendo-se a exigência de formação em Ciências Jurídicas (Bacharel em Direito), para o cargo de Delegado de Polícia, e de formação nos cursos superiores de Química, Física, Engenharia e Arquitetura, Ciências Contábeis, Geologia, Farmácia e Bioquímica, Ciências da Computação e Informática, e Direito, para a carreira de Perito Criminal, observada a correspondência da habilitação profissional com a área de atuação no campo das perícias criminais.

Para maior agilização do processo seletivo, reduzem-se as suas etapas, submetendo-se os candidatos as provas de conhecimentos gerais e específicos, de aptidão física e de higiene física, e exame de investigação de conduta, ao fim dos quais se processará a classificação final, para fins de homologação e nomeação dos aprovados.

A atual segunda fase do concurso - Curso de Formação Técnico Profissional - passa a constituir-se em requisito a ser avaliado já na fase do estágio probatório. Durante o período de prova, também serão apurados os requisitos de idoneidade moral, assiduidade, disciplina, eficiência e produtividade, e dedicação as atividades policiais, sendo exonerado o servidor que não preenche qualquer das condições impostas para sua confirmação no cargo policial, ou for reprovado no referido concurso.

O projeto elimina a concessão de bolsa de estudo, e assegura aos novos integrantes das carreiras policiais a possibilidade de, com maior tranquilidade, frequentarem o Curso de Formação, já que o modelo ora vigente vem exigindo que os concorrentes abandonem os seus atuais empregos para frequentarem referido curso enquanto fase do certame, e se mantenham apenas numa expectativa de futura nomeação.

#### 02 - Da Promoção

Com o objetivo de estabelecer critérios mais justos para a promoção do servidor policial civil, pretende-se a alteração das disposições contidas nos artigos 40 e 41 da Lei Complementar nº 14/82 (Estatuto da Polícia Civil), de maneira que a ascensão funcional contemple efetivamente o tempo de serviço e o mérito profissional.

Pelo modelo atual, a definição das vagas destinadas a promoção obedece a proporção de 4/5 (quatro quintos) pelo critério do merecimento, e 1/5 (um quinto) pelo critério da antiguidade, quando entendemos que mais igualitária seja a proporcionalidade ora proposta de 2/5 (dois quintos) e 3/5 (três quintos), por antiguidade e merecimento, respecti-

vamente, o que reserva ao servidor policial civil a certeza de ter seus direitos assegurados no processo de ascensão funcional, com segurança na carreira e motivação no trabalho.

Para a promoção por antigüidade, será considerado o maior tempo de serviço na classe, na carreira, e no serviço público, sucessivamente, ou o servidor mais idoso, se houver empate entre dois ou mais concorrentes.

Com relação a promoção por merecimento, o servidor policial civil que constar das listas tríplices anteriores por três vezes consecutivas ou cinco vezes alternadas, figurará obrigatoriamente das listas subseqüentes, salvo se o número de vagas for insuficiente para o cumprimento do dispositivo legal.

### 03 - Sobre ao Processo Disciplinar

As alterações propostas para os artigos 224 e seguinte da Lei Complementar nº 14/82, além de dar maior celeridade aos procedimentos disciplinares, conforme anteriormente justificado, flexibiliza a ação do Órgão Julgador, principalmente no que se refere a pena de demissão, que a lei, por rigor, não admite graduação da penalidade, ainda que circunstâncias atenuadoras restem caracterizadas na instrução do processo administrativo disciplinar.

Ao contrário do que ocorre no Processo Judicial - Criminal, quando o Juiz, ao impor a penalidade, leva em consideração, sempre que reveladas nos autos, as circunstâncias atenuantes e agravantes, as causas especiais de aumento ou diminuição da pena, os motivos qualificadores do delito ou que o privilegiem, os antecedentes e vida pregressa do acusado, o artigo 224 da Lei Complementar nº 14/82 não oferece instrumentos para que o Conselho da Polícia Civil possa, melhor analisando os fatos, à luz dos elementos circunstanciais que os envolvem, aplicar penalidade mais condizente com o grau da gravidade transgressional, tornando impositiva a penalidade de demissão em situações diversas.

Assim é que se propõe a supressão da expressão final do artigo 224, da Lei Complementar nº 14/82, "salvo quando prevista a demissão", admitindo-se, em qualquer caso, a consideração das circunstâncias atenuantes na aplicação de qualquer das sanções previstas naquele diploma de lei.

E, sempre se procurando imprimir a agilização dos procedimentos, algumas das transgressões disciplinares elencadas no inciso XII do artigo 230, do Estatuto da Polícia Civil, esta proposição transporta para o elenco das faltas graves, passíveis da aplicação da penalidade de suspensão inferior a 90 (noventa) dias, as condutas decorrentes

da culpa "stricto sensu" e outras de menos potencial ofensivo a Instituição Policial Civil.

Essas faltas serão apuradas através de Sindicância, de rito sumário, presidida por um Delegado de Polícia ou o Diretor da Unidade de lotação do transgressor, e secretariada por um servidor para tanto designado, com observância do princípio do contraditório e da ampla defesa. O procedimento, com prazos e diligências reduzidos, será adotado na maioria dos casos em que se registrar a violação da norma estatutária, reduzirá despesas e demandará menor tempo para a sua conclusão, dando-se assim uma resposta mais imediata a comunidade que, direta ou indiretamente, foi atingida pelo desvio de comportamento do servidor.

Da mesma forma, o artigo 230 da Lei Complementar nº 14/82, passará a cominar a pena de suspensão de 90 (noventa) dias, considerada no seu grau máximo, ou a demissão, até com a nota "a bem do serviço público", nos casos de extrema gravidade, mantendo-se os elementos componentes do texto nos itens I a XI do artigo sob comento, suprimindo-se do inciso XII as transgressões disciplinares consideradas de menor gravidade.

Na ocorrência das transgressões ali elencadas, a apuração da responsabilidade se fará através de Processo Disciplinar, que será instaurado pela Comissão Permanente ou Especial de Disciplina, por determinação do Conselho da Polícia Civil, conforme redação dada ao artigo 244 na presente proposição, permitindo-se ao Conselho da Polícia Civil, atendidas as circunstâncias em que ocorreu a falta, adequar a penalidade ao caso concreto, aplicando a pena de suspensão no seu grau máximo, ou propondo a demissão do servidor. A dosagem da pena que ora se propõe permite ao julgador, sem desviar-se do princípio da moralidade administrativa, e sem prescindir do poder-dever de punir, a melhor aplicação dos meios suasórios da lei, sem a necessidade de eliminação definitiva de servidores, muitos deles com longa folha de bons serviços prestados a comunidade e a causa da Segurança Pública, do quadro de pessoal do Instituição Policial Civil.

A modificação que se propõe ao artigo 244, estabelecendo que o Conselho da Polícia Civil determinará a instauração do Processo Disciplinar, através de Comissão de Disciplina, tem por objetivo estabelecer a clara distinção entre o Órgão instaurador do procedimento - a Comissão Processante - e o Órgão Julgador - o Conselho da Polícia Civil -, evitando-se assim discussões acadêmicas em torno de eventual pré-julgamento ou impedimento da análise final do processo por parte do Conselho da Polícia Civil.

Esta proposição imprimirá, com certeza absoluta, modernidade ao Estatuto da Polícia Civil, que

atenderá tanto o interesse da Classe Policial Civil como os interesses do Estado e da sociedade.

Em razão disso, contamos com sua aprovação por parte dos eminentes Deputados Estaduais.

É a justificativa.

**PROJETO DE LEI Nº 256/98**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Sobre a implantação de descontos em folha de pagamento autorizados por servidores da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional do Estado do Paraná, destinados à amortização ou liquidação de empréstimos realizados junto a instituições financeiras, incidirá a cobrança de taxa no valor de 3% (três por cento) do valor global.

Art. 2º - Os valores provenientes da cobrança da taxa a que se refere o artigo anterior, serão revertidos ao Fundo Estadual de Saúde e destinados à compra de medicamentos.

Parágrafo único - Os valores a que se refere este artigo suplementarão os recursos financeiros destinados pelo Governo Estadual para a aquisição de medicamentos.

Art. 3º - A transferência dos montantes arrecadados mensalmente será feita até o décimo dia útil, após a realização dos descontos da folha de pagamento.

Art. 4º - A Secretaria Estadual de Saúde, ouvido o Conselho Estadual, será a responsável pela escolha dos medicamentos a serem adquiridos.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei objetiva dotar a Secretaria de Estado da Saúde de recursos suplementares, destinados à melhoria das condições financeiras necessárias à aquisição de medicamentos. É sabido que a implantação de descontos em folha de pagamento envolve custos que, por ora não sofrem a incidência de qualquer taxa de serviço, ainda que importem em processamento e dispêndio de tempo e da atividade dos servidores envolvidos. Daí a instituição de uma taxa que, atualmente inexistente, certamente se mostrará uma fonte de recursos extra, num momento em que o Estado passa por situação de justeza em suas finanças. Assim sendo, espera-

mos desta Assembléia Legislativa o devido acatamento e conseqüentemente aprovação, dado o caráter benéfico da medida proposta.

**PROJETO DE LEI Nº 257/98**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Produtores Rurais "Nova Esperança", localizada à Rua Principal, s/nº, Cai de Baixo, Município de Mandirituba/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(a) DURVAL AMARAL

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Produtores Rurais Nova Esperança, é uma Instituição sem fins lucrativos, originária da movimentação espontânea dos habitantes do Município de Mandirituba/PR.

Sua finalidade é proporcionar aos associados, atividades que promovam o desenvolvimento da Agricultura, com o envolvimento dos habitantes do local, integrando assim seus moradores.

Ainda, há uma promoção de atividades culturais, desportivas e de lazer, que levam à melhoria e desenvolvimento do Município como um todo.

A entidade sobrevive de doações de voluntários e associados e vem procurando realizar um importante trabalho junto à comunidade local de Mandirituba.

Com base nos dados fornecidos pela Instituição, em anexo, solicitamos aprovação do presente projeto de lei que declara a Utilidade Pública da mesma.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor Presidente e senhores Deputados, venho à tribuna no Pequeno Expediente de hoje, para solicitar do Líder do Governo ou do vice-Líder do Governo, para que possamos providenciar algumas informações já que dificilmente se fizessemos o pedido de informações conseguiríamos a aprovação do mesmo.

O primeiro deles diz respeito ao não apoio de parte do Governo, seja pela Secretaria da Cultura ou qualquer outra estrutura Governamental, ao trabalho que vem sendo desenvolvido por

uma equipe de pessoas do Paraná, lideradas pelo Rubens Genaro e pelo Valêncio Xavier, no que diz respeito as filmagens de "Oriundi". Todos sabemos que o filme "Oriundi" será estrelado por artistas brasileiros, e até mesmo de qualidade internacional como é o caso do Antony Quinn.

E pelo menos consta, Sr. Presidente, até o presente momento, o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria da Cultura, qualquer outra Instituição ligada ao Governo, nenhum deles propiciou qualquer tipo de ajuda, qualquer tipo de apoio à realização desse filme, que vai, sem sombra de dúvida, engrandecer, noticiar e falar não só da nossa Capital Curitiba, mas também, do Estado do Paraná, principalmente no que diz respeito à colonização Italiana em nosso Estado.

E fazemos esse registro e essa indagação para saber, qual é o apoio que vem sendo dado pelo Governo do Estado a esse trabalho cultural, porque nesta semana, quando tivemos a oportunidade de ler o jornal Impacto Paraná, em sua página 13, encontramos aqui um extrato da publicação feita pela Secretaria de Estado da Cultura, no Diário Oficial, onde fala da contratação do violinista Jaime Laredo, violoncelista Sharon Robinson, pianista Joseph Kalichstein, através da empresa Antares Produções Ltda., representante exclusiva dos referidos artistas, para apresentação na programação dos Concertos Internacionais de Abertura do Canal da Música. Valor do cachê contratado R\$450.000,00 para esses três artistas contratados através da Antares.

Não conheço os artistas, mas imagino que com esse valor de R\$450.000,00, seria possível contratar os maiores artistas brasileiros, os mais afamados músicos brasileiros e, sem sombra de dúvida, poder-se-ia desses R\$450.000,00 que está se gastando para contratar três artistas: um pianista, um violoncelista e um violinista, poder-se-ia utilizar esse dinheiro pelo menos uma parte do mesmo, para apoiar a edição do filme "Oriundi", que vai divulgar e retratar a colonização Italiana no Estado do Paraná.

Nem o Estado do Paraná, nem a Prefeitura de Curitiba, até o presente momento, seja através da Fundação Cultural, seja através da Secretaria da Cultura emprestou qualquer apoio a essa iniciativa e estão R\$450.000,00 para trazer um pianista, um violinista, para a abertura do Canal da Música no Paraná. Numa demonstração de desprestígio aos artistas brasileiros e, acima de tudo, o esbanjamento no gasto com esse tipo de atitude.

A outra coisa que gostaria de solicitar ao Líder do Governo, para que nos providenciasse as informações, diz respeito às licitações que foram feitas pela Secretaria da Saúde do Paraná, para aquisição de kit ginecológico, que é utilizado na coleta de

material para análise da prevenção do câncer uterino.

A informação que nos chegou nesta semana, é que esses kits - que são produzidos no Brasil, de ótima qualidade, qualidade referendada pelos maiores citologistas, patologistas do nosso Estado - podem ser adquiridos a 25 centavos a unidade, ou 250 reais o milheiro, e que as importações que estão sendo feitas, estão custando aos cofres do Paraná, 85 centavos por kit, ou 850 reais pelo milheiro, numa discrepância de, pelo menos, 50 centavos para cada kit adquirido, numa demonstração de que não estaria, se proceder a denúncia, havendo zelo com o dinheiro público.

Peço ao Líder do Governo que nos providencie as informações quanto à importação de kits ginecológicos, e quanto ao apoio, sim ou não, do Governo do Estado, às filmagens que acontecem na Capital do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros bancários que visitam a Assembléia Legislativa.

Quero, desta tribuna, fazer uma denúncia contra o comportamento da Polícia Militar da Cidade de Guarapuava. Na semana passada, no dia 18 de junho, a Polícia Militar fez o despejo de algumas famílias que ocupavam uma área pública. Despejo esse, feito ilegalmente, às 4:10 horas da madrugada, sem ser acompanhado por oficial de justiça.

A Constituição Brasileira, no seu artigo 5º, inciso II, diz: "a moradia é asilo inviolável do indivíduo. Ninguém nela pode penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou durante o dia, por determinação judicial".

Às 4:10 horas, não havia determinação judicial. Aqueles moradores que ocupavam aquela área, tiveram a sua ação de despejo consentida pelo juiz, pelo Tribunal de Justiça.

Porém, há uma exigência de que quando qualquer cidadão não desocupa a propriedade ocupada, após a notificação do oficial de justiça, aí serão feitas as ações de despejo.

E a Polícia Militar fez a ação de despejo às 4:10, ou seja, a pedido da Prefeitura, como divulga o jornal de lá, Folha Regional Centro-Oeste, que diz: "Prefeitura expulsa sem-teto".

Esses trabalhadores que lutam pelo seu direito à moradia foram expulsos da terra e foram

conduzidos - as mulheres e as crianças - para um albergue; enquanto os homens, num número de 17 pessoas, estão presos da Delegacia Policial do Município de Guarapuava.

Estamos apresentando um requerimento a esta Casa, para ser enviado ao Sr. Rubens, Secretário de Segurança Pública, para que nos explique e que tome providências imediatas para que se ache essas ilegalidades cometidas pela Polícia Militar. E nos explique quem deu as ordens, para que esta ilegalidade, em nome do Estado do Paraná, fosse cometida.

São simples trabalhadores, pobres e miseráveis, que não têm dinheiro para pagar o aluguel, e que foram e ocuparam a terra pública, que aliás, deveria ser usada aquela terra para a construção de habitações populares, coisa que a Prefeitura daquele município não fez até a presente data. Moradores pobres e miseráveis que não tendo onde morar, ocuparam um terreno público.

Foram primeiro vítimas da política social desenvolvida pelo Governo Estadual, Governo da União e o Governo Municipal. Depois, vítimas da Polícia Militar do Estado do Paraná, que aliás, parece que está se faltando, ultimamente, ações ilegais, como foi denunciado há um mês atrás, a ação de tortura dentro da própria corporação com policiais militares.

Ou, como tem agido a Polícia Militar e a Polícia Civil, cometendo assassinatos e a impunidade continuando, como temos visto nos últimos 2 anos, aqui no nosso Estado. Após cometer o primeiro ato de violência e não ser punido, para agredir cidadãos individualmente ou em grupo, como foi feito no Município de Guarapuava.

Pedimos a aprovação deste requerimento, para que o Secretário nos explique, individualmente, como cidadão e Deputado Estadual deste Estado.

Também envio ofício à Juíza de Direito, que mantém presos 17 trabalhadores, inocentes, e que lutam pelo direito à vida e pelo direito à habitação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)  
PMDB, PT, PFL, PSDB.

Com a palavra, o Deputado Duílio Genari.

O SR. DUÍLIO GENARI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.  
(Lê):

"Matérias sensacionalistas chocam a nós e a toda população paranaense, explorando e divulgando inverdades a respeito do maior complexo industrial, na área de alimentação e abate de aves, suínos e bovinos do nosso Estado.

Qualificamos de lamentável e profundamente maldosa a notícia "Fabricada" de que a Sadia estaria desistindo de industrializar frangos.

Protestamos veementemente, não aceitando por qualquer razão que possa vir a alegar que tenha, parcela da imprensa vir a criar tamanha confusão em nosso Estado.

Sadia - um conglomerado de empresas, exemplo para todos nós, ao longo da sua existência só tem feito se expandir e aumentar a sua produção, cujos produtos chegam as mesas das pessoas em vários países do mundo.

Tem a Sadia o nosso apoio e respeito, o apoio e o respeito do Estado do Paraná e do Brasil.

Solicitamos o registro nesta Casa de Leis do nosso protesto pelas falsas notícias divulgadas e o registro do esclarecimento da Sadia, que ora procedemos a leitura, para o restabelecimento da verdade.

### **Sadia esclarece**

"Frente à notícia publicada ontem, 23 de junho, na página 13, da Gazeta do Iguaçu, suplemento da Gazeta do Paraná, sob o título "Sadia desiste de industrializar frangos", baseada em matéria da revista Isto É Dinheiro, de 17 de junho, igualmente imprecisa e resultante da ilação própria, a Sadia sente-se na obrigação de esclarecer a comunidade, seus funcionários, seus parceiros, seus integrados, seus fornecedores e autoridades regionais sobre a verdade dos fatos:

1 - A Sadia não tem nenhuma intenção de abandonar a industrialização de frangos no País, nem tampouco tem planos ou negociações de repassar essa atividade a empresa estrangeira, sendo, por consequência, inverídicas as informações sobre a paralisação de investimentos no setor de aves e sobre demissões decorrentes.

2 - Contrariando a ilação feita pela Gazeta do Paraná, a Sadia, que se mantém líder na produção e exportação de aves no País, registrou um crescimento na produção de frangos de 23,71% na fábrica da Frigobrás-Toledo e de 14,12% nas unidades da Sadia localizadas no Estado do Paraná, entre janeiro e maio deste ano, comparado com mesmo período de 97.

3 - A Sadia não está à venda, nem tampouco seu controle acionário, e nem mesmo tenciona dividir o controle de seus negócios.

4 - O controle acionário da Sadia é comandado por um Acordo de Acionistas existente há mais de 20 anos e renovado em 4 de maio último, detendo 56% do capital volante, cuja soberania garante e mantém o controle da companhia.

A eventual venda de participações minoritárias não afeta o controle da empresa".

Toledo, 24.06.98.

Luiz Fernando Furlan  
Presidente do Conselho Superior  
de Administração da Sadia Concórdia S.A.  
Indústria e Comércio.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury).  
Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Aníbal Khury e Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1.202, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, requer preferência na discussão e votação do item 09, Projeto de Lei nº 238/98, da presente Ordem do Dia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1217, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 098/98, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. Aprovado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria de encaminhar na hora da votação, o Projeto nº 238/98.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)  
Vossa Excelência está inscrito.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)  
Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Vai se proceder a Verificação de Votação, Senhores Deputados que aprovam o Requerimento de Preferência, queiram levantar-se.

32 Aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

14 Rejeitam. Aprovado o Requerimento de Preferência.

Para encaminhar o Projeto concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, acima aprovado.

### ITEM 09

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 0025/98, que objetiva a alterar a redação dos dispositivos que especifica, da lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, assim como adotar outras providências pertinentes ao saneamento financeiro do Banco do Estado do Paraná S.A., inclusive previsão legal para transferência do controle acionário. COM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA.

### PROJETO DE LEI Nº 238/98 EMENDA MODIFICATIVA GERAL DE PLENÁRIO Nº 01

Os Deputados que o presente subscvem, no uso de suas atribuições regimentais, apresentam a seguinte Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 238/98, na forma a seguir enunciada:

Fica com a seguinte redação o Projeto de Lei nº 238/98:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamentos, até o valor de R\$2.373.411.000,00 (dois bilhões, trezentos e setenta e três milhões, quatrocentos e onze mil reais), a valores de 31 de março de 1998, através dos dispositivos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

§ 1º - (...)

§ 2º - (...)

§ 3º - O Poder Executivo utilizará os recursos provenientes do recebimento de ativos do Banco do Estado do Paraná S/A para a amortização do financiamento obtido junto à União Federal."

Art. 2º - O artigo 3º da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar ações do Banco do Estado do Paraná S/A e a não exercer seu direito de preferência na subscrição de ações que lhe cabem em futuros aumentos de

capital, levados a efeito para viabilizar o saneamento e a transferência de seu controle acionário somente caso os resultados líquidos anuais sejam inferiores a 1/30 avos do aporte de capital do Estado."

Art. 3º - O artigo 5º da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer em caução e/ou garantia junto a órgãos do Governo Federal ações que detenha na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, até o limite de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais)."

Art. 4º - O artigo 6º da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aumento de capital, adquirir ativos ou assumir passivos do Banco do Estado do Paraná S/A, até o valor de R\$2.373.411.000,00 (dois bilhões, trezentos e setenta e três milhões, quatrocentos e onze mil reais)."

Art. 5º - Suprimido.

Art. 6º - (...)

Art. 7º - (...)

Art. 8º - (...)

Sala das Sessões, em 23.06.98

(aa) NEREU MOURA  
IRINEU COLOMBO  
ÂNGELO VANHONI  
ORLANDO PESSUTI  
DOUTOR ROSINHA  
CAÍTO QUINTANA  
PÉRICLES MELLO  
EMERSON NERONE  
TOTI COLAÇO

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Desde que foi enviado para esta egrégia Casa de Leis a Mensagem do Exmo. Sr. Governador, nº 025/98, transformada no Projeto de Lei nº 238/98, causou tremenda espécie em toda a sociedade para-

naense a modificação dos números da dívida total do BANESTADO em menos de três meses. Enquanto na Lei original, nº 11.961, de 19/12/97, os valores necessários para o refinanciamento de toda a dívida da instituição e seu necessário saneamento, sem necessidade de transferência do controle acionário do Governo para a iniciativa privada, ou seja, sua privatização, alcançavam a considerável soma de R\$1.876 bilhões, afirma o Governo do Estado que agora seriam necessários R\$4.100 bilhões, e a privatização restaria inevitável.

Entretanto, considerando os próprios números de inadimplência e dívida do Banco do Estado do Paraná S/A fornecidos pelo Governo do Estado do Paraná nos anexos da Mensagem nº 025/98 - Projeto de Lei nº 238/98 - resta evidente que o valor necessário para o saneamento do BANESTADO S/A, sem a necessidade de sua privatização, exige, apenas e tão somente, a quantia de R\$1.309.600.000,00 (um bilhão, trezentos e nove milhões, seiscentos mil reais), e o completo saneamento e recapitalização do Banco, com a compra de todos os ativos futuros que o Estado do Paraná tem a receber nos itens 1.1 à 1.5 dos anexos ao projeto original exigiriam a exata quantia total de R\$2.373.412.000,00 (dois bilhões, trezentos e setenta e três milhões, quatrocentos e doze mil reais), conforme tabela justificativa em anexo, demonstrando, item por item, a inexistência de dívida ou passivo que fundamente o Projeto de Lei nº 238/98, como originalmente posto.

Assim, seja pela indispensabilidade de manutenção do Banco Público do Estado do Paraná como mecanismo essencial de fomento ao desenvolvimento econômico do Estado do Paraná, seja pela falsidade dos números originais envolvidos e o conseqüente prejuízo que a aprovação do Projeto nº 238/98 representará para toda a sociedade paranaense, conclamamos os nobres colegas Parlamentares a aprovar esta Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 238/98 para permitir, sim, o completo saneamento do BANESTADO, mas com a manutenção do caráter público desta instituição.

Anexo: demonstrativo da realidade da dívida do BANESTADO S/A, a partir dos dados fornecidos no anexo ao Projeto de Lei nº 238/98 - originário da Mensagem do Governador, nº 025/98.

**PLANO DE SANEAMENTO DO BANESTADO**  
**ALTERNATIVA DE SANEAMENTO**

Nº	ITEM	ALTERN./ GOV. VALOR	ALTERN./ OPOS. VALOR	OBSERVAÇÃO
1.1	SFH Glosas (Provisões)	7.915	7.915	
1.2	FCVS Habilitado (SFH)	140.528	140.528	Créditos do Banco junto à União.
1.3	FCVS Embutivo na Carteira	177.005	177.005	O Estado do Paraná Compra.
1.4	Títulos da Securitização do Crédito Rural	21.504	21.504	
1.5	Securitização Créd. Rural (sem títulos)	48.878	48.878	
1.6	Créd. Rural-PROA-GRO Novo a Receber	32	32	
1.7	Títulos de Securitização do PROA-GRO	9.478	9.478	
1.8	Crédito Tributário	333.125	333.125	
	SUB-TOTAL	738.465	738.465	
2.1	FDE-CDI BADEP	136.723	136.723	Dívidas do Estado do Paraná junto ao Banco.
2.2	FDE-Cessão de Crédito da COCELPA	62.231	62.231	Glosamos R\$300 milhões da Carteira de Fomento.
2.3	FDE-Cessão de Crédito do ATALLA	28.134	28.134	Fomento.
2.4	FDE-Reflorestadora	98.259	98.259	
2.5	Carteira de Fomento	600.000	300.000	
	SUB-TOTAL	925.347	625.347	
3.1	Provisões BANESTADO Leasing (1748/90)	27.067		Glosamos R\$65.467 milhões da CIC
3.2	Leasing - Rolagens Sucessivas	36.985		Glosamos R\$45.527 CR Alemeia e EBEC
3.3	Provisões Operac. (rolagens sucessivas)	425.916		Glosamos R\$26.494 Suspensos por acordo

**PLANO DE SANEAMENTO DO BANESTADO**  
**ALTERNATIVA DE SANEAMENTO**

Nº	ITEM	ALTERN./ GOV. VALOR	ALTERN./ OPOS. VALOR	OBSERVAÇÃO
3.4	Provisões Operac. (Cart. Coml. 1748/ 90)	370.203		Glosamos R\$87.896 Não excetuadas, estão pagando
3.5	Financiamentos Rurais e agroindus- triais	5.262		3.4 Glosamos R\$75.716 Não estão em execução
3.6	Saldo Remanes- cente Cart. Imobi- liária	33.612	301.280	
	SUB-TOTAL	899.045	597.766	
4.1	Devedores por com- pra de Valores/Bens	7.691		
4.2	Bens não de uso próprio	36.552		
4.3	Despesas Antecipa- das/Mat. Estoque	1.582		
4.4	Diferido	6.827		
4.5	Reversões indevidas	7.558		
4.6	Créditos p'avais e fianças honrados	1.624		
	SUB-TOTAL	61.834	61.834	
5.1	Recursos para PDV	100.000	0	Exclui-se na totalidade este item, em razão da não Privatização do Banco. Não é necessário p/ Saneamento
5.2	Contribuição Extraordinária FUN- BEP	252.983	0	
5.3	Enquadramento Acordo Basiléia	478.038	0	
5.4	Adicional Atuarial FUNBEP	294.288	0	
	SUB-TOTAL	1.125.309	0	
	TOTAL DO FINANCIAMENTO	3.750.000		

**PLANO DE SANEAMENTO DO BANESTADO  
ALTERNATIVA DE SANEAMENTO**

Nº	ITEM	ALTERN./ GOV. VALOR	ALTERN./ OPOS. VALOR	OBSERVAÇÃO
6.1	Rec.Aportados p/ Estado - Títulos Públicos	350.000	350.000	Necessários para o Provisionamento dos precatórios

TOTAL GERAL	4.100.000	2.373.412
-------------	-----------	-----------

438.465 referidos ao quadro 1 dívidas da União  
625.347 dívidas do Estado do Paraná para com o Banco - FDE

1.063.812 Total - Dívida que não é do Banco

1.309.600 TOTAL NECESSÁRIO P/SANEAMENTO  
(R\$ 2.373.412 - 1.063.812)

De R\$ 2.311.578 subtraindo R\$1.063.812 teremos o total da dívida própria do conglomerado BANESTADO para o seu Saneamento, que é de R\$1.309.600

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 2**

Modifique-se o Artigo 2º, do Projeto de Lei nº 238/98, que fica com a seguinte redação:

"Art. 2º - O artigo 3º da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º - Fica o Poder Executivo, autorizado a alienar ações do Banco do Estado do Paraná S/A e a não exercer seu direito de preferência na subscrição de ações que lhe cabe em futuros aumentos de capital, caso os resultados líquidos anual sejam inferiores a 1/30 (um trinta avos) do aporte de capital do Estado, levados a efeito para viabilizar o saneamento e a transferência de seu controle acionário."

Sala das Sessões, em 23.06.98

(aa) ÂNGELO VANHONI

PÉRICLES MELLO

JOSÉ MARIA FERREIRA

DOUTOR ROSINHA

EMERSON NERONE

ORLANDO PESSUTI

TOTI COLAÇO

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)**

É sintomático que ontem, após um debate que o Paraná todo ficou sabendo em função do registro da imprensa, todos os jornais do Paraná noticiaram, todas as televisões noticiaram o debate que esta Assembléia travou ontem e no dia anterior a respeito da privatização do Banco do Estado do Paraná.

Para este recinto vieram dois Secretários de Estado: O Dr. Miguel Salomão, do Planejamento e o Dr. Giovani Gionédís, da Secretaria das Finanças. E ontem, travamos o debate da 1ª Discussão do projeto que prevê a privatização do Banco, mensagem enviada pelo Governo apontando a estrondosa cifra de quatro bilhões e cem milhões de reais. Como ficou dito pela imprensa e pelo Governo do Estado, recursos necessários para a privatização e saneamento do Banco do Estado do Paraná.

É sintomático, porque ontem, mesmo tendo num breve espaço de tempo, acesso aos anexos que fundamentaram estes números levantados pelo Governo e pelo Banco do Estado, a Oposição traz uma avaliação desses números e apresenta uma emenda modificativa desse projeto tentando traduzir a verdade dos números, que, na realidade, Senhor Presidente, transformam as dificuldades financeiras do Estado do Paraná e as dificuldades do Banco do Estado do Paraná em valores que não ultrapassam a dois bilhões e setecentos milhões de reais.

É sintomático o silêncio por parte da administração do Estado do Paraná, os técnicos do Banco do Estado do Paraná, a diretoria do Banco do Estado, a Secretaria do Planejamento, o Secretário Giovani Gionédís optaram pelo silêncio. E por que optaram pelo silêncio? Para não exercer o contraditório frente aos números levantados pela Oposição, porque não há argumento, não há palavra que possa se curvar perante os números e a realidade.

O projeto que trouxe o Executivo a esta Casa está cheio de inverdades, está prenhe de falsificações do ponto de vista das contas do Banco do Estado do Paraná, das verdadeiras contas do Banco do Estado do Paraná. E a prova começa a ficar clara e evidenciada neste documento que apresentamos à Assembléia Legislativa, que no dia de hoje tem o dever de discutir o mérito desses números apresentados pelo Governo do Estado. O Governo do Estado do Paraná apresenta uma conta de quatro

bilhões e cem milhões de reais, conta fictícia, inexistente, que se for aprovada por esse Poder Legislativo tranquilamente vai selar a capacidade financeira do Estado do Paraná nos próximos cinquenta anos, porque de acordo com a legislação do Estado do Paraná não pode recorrer a nenhum instrumento financeiro do Governo Federal se ultrapassar a sua receita líquida de 13% como capacidade de financiamento dos seus débitos junto ao Governo Federal.

Ora, se o projeto for aprovado como o Governo quer com a cifra de quatro bilhões e cem, se transformarmos quatro bilhões e cem milhões de reais, Deputado Horácio Rodrigues, divididos em trinta anos e corrigidos com juros de 6% ao ano, que é um juro barato, motivo de argumentação do Governo para esse inchaço do projeto, o Estado do Paraná terá que pagar 120 milhões de reais ano, é quase uma vez e meia a arrecadação de ICMS do Governo do Estado do Paraná: quando que a receita líquida corrente do Estado hoje não ultrapassa, com todas as transferências Constitucionais ao Estado do Paraná, não ultrapassa trezentos e cinquenta milhões de reais. E a capacidade do Estado do ponto de vista de cobrir custeio, do ponto de vista de pagar funcionalismo chega hoje a duzentos e setenta milhões de reais.

Vejam bem, esse empréstimo vai crescer somente para os contribuintes do Estado do Paraná mais cento e vinte milhões de reais ano. Mas não é esse o ponto fundamental, o ponto fundamental que gostaria de abordar é como o Governo do Estado do Paraná, de uma maneira irresponsável e leviana, transforma os números no seu projeto e vincula para a sociedade que os números devidos ao Banco do Estado são quatro bilhões e cem. Sabem o que significa quatro bilhões e cem milhões de reais? É praticamente o orçamento de receitas líquidas correntes do Estado do Paraná durante um ano, é quase 10 da dívida, Deputado Caio Quintana, que um País como a Argentina em dívida externa, que hoje está em torno de perto de cinquenta bilhões de reais, a dívida da Argentina ao longo da sua história o Governo do Estado do Paraná transforma a dívida do Banco do Estado em 10% do valor da dívida global da Argentina perante a comunidade financeira internacional.

Vejam a gravidade dos números. Mas não podemos permitir que a verdade não venha à tona.

Lamentavelmente, o Governo, talvez faça a maior engenharia financeira e, por isso, os técnicos do Banco do Estado e a sua Diretoria, em especial, o meu amigo, o diretor do Banco, Alaor Reis, que na realidade tem como objetivo fundamental atender as premissas do Governo do Estado do Paraná, não para sanear as dívidas do Banco do Estado do Paraná, mas, sim, para resolver os problemas de

caixa do Governo do Estado, cometem, talvez, o maior crime financeiro da história recente do nosso Estado.

O BANESTADO, como já foi dito diversas vezes, em vários momentos, atravessou dificuldades enormes na sua história ao longo desses setenta anos de existência. Teve ao ponto de ter as suas portas fechadas em diversos momentos. Mas, talvez, a sabedoria, o convencimento e a clarividência dos políticos, do Governo, da classe empresarial, no passado, sempre ousaram e desafiaram as dificuldades, preservando um patrimônio do Estado do Paraná que é o seu Banco, como um fomentador e um instrumento de desenvolvimento e da riqueza do nosso Estado. Riqueza essa que gera riqueza, que tem gerado empregos e impostos para que o Estado do Paraná pudesse ser o Estado que é hoje, com uma infra-estrutura e um atendimento à população do nosso Estado em diversos aspectos.

Os números apresentados pelo Governo são de uma aberração que não resistem ao sincero e honesto exame das contas apresentadas, aqui, nesta Assembleia Legislativa.

Vamos aos números! O Governo apresenta uma conta - é difícil tratar com números, porque é muito difícil fazer essa conta - mas é preciso que os senhores tenham um pouco de atenção para perceber onde está a gravidade da falsificação dos números apresentados pela Diretoria do Banco do Estado e pelos técnicos do Governo do Estado do Paraná. No quadro demonstrativo, que vai do item 1.1 ao 1.8, tem um subtotal de 738 milhões de reais. Não questionamos este valor e não colocamos uma única dúvida sobre este valor apresentado pelos técnicos do Governo do Estado do Paraná e pela Diretoria do Banco. Só que esses valores não são devidos pelo Estado e nem pelo Banco do Estado. São valores que a União deve para com o Banco do Estado do Paraná, porque diz respeito ao fundo de variações salariais da habitação, à securitização de dívidas agrícolas, ao PROAGRO e a créditos tributários do Imposto de Renda.

Outra conta do Governo, 925 milhões - aí, já começamos a questionar - já percebemos a levianidade e a falsificação dos números apresentados pelo Governo. Deste total, concordamos com quase a totalidade desses números, menos 300 milhões de reais, que diz respeito a carteira de fomento. Porque a carteira de fomento, conforme mensagem enviada pelo Poder Executivo e aprovada em 1.996, no mês de novembro, de um total de 289 milhões foi transferida para o FDE, que já foram contabilizados pelo balanço do Banco, tanto de 96, quanto de 97, que já estão inscritos nos arquivos do Banco Central. Deste total de 600 milhões da carteira de fomento tem que subtrair a soma de 300 milhões que "levianamente" apresentam para a imprensa e para a Assembleia

Legislativa, como se fosse dívida do Banco do Estado.

Não é verdade, já está transferido para o FDE, não é dívida do BANESTADO, e dívida de 625 milhões estão aí dívidas históricas da economia paranaense. Quando os agentes financeiros do Estado do Paraná promoveram o desenvolvimento de várias regiões do Estado, como o caso da COCELPA, da ATALA, da Cidade Industrial, temos o CDI do BADEP. São dívidas estruturais que promoveram o desenvolvimento econômico da nossa gente, criando Usinas de Açúcar, Alcool, criando os empregos na Cidade Industrial, mas que são dívidas hoje, do Tesouro do Estado, que estão sobre os ombros do Banco do Estado do Paraná. Não é dívida do BANESTADO, é dívida que está no FDE do Tesouro do Estado do Paraná. Dívidas relativas agora, ao Banco do Estado do Paraná. Aí sim, agora estamos falando de dívidas do problema do Banco, da empresa BANESTADO.

Quais são essas dívidas? Primeiro ponto: fora os 300 milhões da Carteira de Fomento, estamos falando agora do BANESTADO Leasing. Do BANESTADO Leasing os Senhores Deputados receberam uma Planilha aonde apresenta uma conta no total de 899 milhões de reais. Vi a má fé - me desculpe, mas é a má fé, só pode ser isso, não consigo entender - com relação ao Governador do Estado trazer uma enormidade, uma caixa de documentos e uma lista de contas que estão inadimplentes - contas de 1.991, 92, 89, 93, 94, 95 e 96, todas elas relacionadas indistintamente do Banco do Estado do Paraná. Ora, como a mentira - um velho ditado popular - ela machuca, fere, dói, mas tem perna curta, como diz a Revista Veja, fomos olhar detalhadamente os números enviados pelo Governo do Estado, para a Assembléia. Nos números do Governo, desse 900 milhões, Deputado Tureck, têm 65 milhões que já estão negociados. É dívida da Cidade Industrial, da Prefeitura de Curitiba e do Governo do Estado do Paraná, que já estão negociadas com o Banco do Estado.

Temos 45 milhões de dívidas de CR Almeida que foram negociadas recentemente, com doação de pagamento dos títulos precatórios da Central de Ferrovias do Paraná, que já foram negociadas. Temos 45 milhões, junto com o AIDEC - já estão negociadas, sei disso, os técnicos do BANESTADO sabem, os Deputados aqui também sabem disso. E por que o Governo arrolou isto como dívida do Banco do Estado se já está pago? Se já está liquidado? Só tem talvez, um objetivo, e vamos descobrir mais tarde. Mais ainda, têm um valor de 26 milhões que estão suspensos, porque foi feito acordo. Têm 87 milhões que estão em negociação. Desses 87 milhões têm empresas aqui da Cidade Industrial como a Protisa, a Nutritional, do Senhor

Rocha Loures que está pagando com o Banco do Estado. Por que estão colocadas essas dívidas como se fossem dívidas inadimplentes, como se fossem créditos "podres" do Banco do Estado?

Destes valores totais, chegamos a conclusão, numa rápida olhada, de que têm 301 milhões, Deputado Caio Quintana, que devem ser glosados desta conta. A conta verdadeira não é 899, mas 597 milhões, realmente o Banco do Estado tem problemas nas suas contas. Sobretudo nos últimos 2 anos quando a BANESTADO Leasing foi assaltada por uma quadrilha - e todos sabemos, o Paraná sabe, que através da emissão de debêntures junto ao Banco Brasileiro de Desconto, o BRADESCO, fizeram uma operação danosa para o Banco do Estado do Paraná. Uma operação caríssima para o nosso Banco. Pagando comissão cara; juros caros. E pior do que isso, emprestaram 200 milhões na carteira de Leasing para operações fantasmas, que são objetos hoje de denúncia policial e de um processo administrativo de inquérito junto a Justiça Federal drenando as finanças do BANESTADO em mais de 270 milhões de reais. Isto sim aceitamos, devem ser saneados. Porque o Banco não tem condições de sobreviver com tamanho rombo, propiciado pela gestão do Sr. Osvaldo dos Santos Magalhães nos últimos dois anos e meio na gestão da Leasing do Banco do Estado. Lamentavelmente esse senhor, no lugar de ser afastado, ser responsabilizado pelos crimes cometidos na gestão temerária de uma empresa pública, foi promovido a Secretário de Esportes e Turismo aqui do Governo do Estado do Paraná. Garantindo assim, um foro privilegiado para as denúncias feitas, porque é Secretário do Estado e não tem o seu sigilo quebrado. Nesse sentido o Leasing nós concordamos - 597. Do outro sub-total de 61 milhões não mexemos nada, é verdadeiro, é devido, são contas devidas. Parabéns para Alaor, para Fausti e parabéns para a diretoria do Banco do Estado, conseguiram perceber um número real de dívida do nosso Banco. Agora o que é mais grave, e os funcionários que estão hoje aqui e os Deputados precisam se atentar para isso. Como querem vender o Banco por 4 bilhões e 100 e depois o Governo do Estado, e o próprio Giovani Gionédís deixou transparecer aqui na segunda-feira. O Governo do Estado pretende depois comprar os ativos e passivos do Banco, transformando essa dívida não do Banco mas só do Estado do Paraná. Serão os contribuintes do Paraná que pagarão essa dívida. O Banco vai ficar desonerado de dívida. Por isso o Banco vai pagar tudo o que deve para o seu fundo de pensão. Vai pagar os 294 e os 252 milhões. O fundo vai ficar tranqüilo, com todas as suas dívidas pagas. Vai ter mais cem milhões para promover a demissão dos funcionários. Após isso, o Banco do Estado será colocado a leilão. Sabem por quanto o Banco do

Estado será vendido? Sem ônus. Limpo. E essa operação, segundo conta boatos suspeitos, já está com endereço certo de quem vai comprar o Banco do Estado do Paraná é um grupo econômico daqui do Estado do Paraná. Irá ter o Banco de Boston junto com ele. Talvez o Banco Santander e mais alguns grupos financeiros pequenos daqui do Estado do Paraná. E o Governo vai continuar como acionista minoritário. Por quê? Bom, poderíamos pensar para o Banco dar lucro, para o Banco pagar o empréstimo. Não é verdade. O Banco será vendido integralmente e os empresários que comprarem o Banco não terão responsabilidade mais sobre esse empréstimo de 4 bilhões e 100. Quem terá responsabilidade mais sobre esse empréstimo de 4 bilhões e 100. Quem terá responsabilidade sobre esses 4 bilhões e 100 será o Estado do Paraná. Não é para o Banco dar lucro para ele poder pagar depois essa conta. É uma inverdade o que o Giovanni Gionédís disse. Não está revelando a verdadeira intenção desse projeto que está no seu artigo 1º. A verdadeira obra que vai acontecer, é que o Banco será transferido o seu controle acionário para a iniciativa privada, o Estado do Paraná que tem uma receita líquida durante o ano de 3 bilhões e meio vai continuar como acionista minoritário depositando esses 3 bilhões e meio não no BAMERINDUS, não no Itaú, mas neste Banco que vai ser comprado por um grupo econômico aqui do Estado do Paraná, junto com um grupo econômico internacional. É essa a operação que está sendo montada. Qual Banco do Brasil privado não quer que o Estado do Paraná deposite as contas do BANESTADO no seu Banco. Todos os Bancos, do Brasil inteiro querem! Por isso que o BANESTADO, vai ter o controle acionário do Estado do Paraná. Ah, mas daí nós, funcionários, vamos perguntar. Será que não é para proteger os funcionários do Banco do Estado por causa da aposentadoria, por causa do nosso Fundo? Ledo engano! Ledo engano! Não é a intenção do Estado do Paraná proteger e se preocupar com os funcionários do Banco do Estado depois que o BANESTADO for privatizado. Não é a intenção do Governo. O Governo se tivesse essa intenção não sairia promovendo a privatização, teria isso sim, chamado os Deputados Estaduais, os Senadores, os Deputados Federais, que nós teríamos ido junto ao Banco Central, e como o Rio de Janeiro, como Minas Gerais, como Rio Grande do Sul, como Santa Catarina e como São Paulo teríamos feito uma pressão política junto ao Banco Central, e esse Banco estava saneado com apenas 700 milhões de reais. Esse deveria ser o encaminhamento feito pelo Governo do Estado.

Então, os funcionários que não se enganam. Não se enganam nem aqueles que estão aposentados e nem aqueles que querem um dia pensar em aposentadoria e ter os mesmos direitos que têm

hoje, como estão na ativa com o seu Fundo. O Fundo de Pensão corre ameaça de risco, porque na hora que o Banco for privatizado o Governo não mais se obrigará a depositar a parcela junto ao Fundo de Pensão. Pior do que isso, se o Estatuto do Fundo que é dos funcionários permanecer como está, quem é que vai nomear a Diretoria do nosso Fundo, do Fundo dos funcionários? Quem é que vai nomear o Conselho de Curadores? Serão os funcionários contribuintes? Não! Será a Direção do Banco Privado e ou o Governo do Estado por ter o controle minoritário de ações. Jamais, os funcionários! Jamais, os funcionários! Jamais, aqueles que contribuem e que terão os seus direitos de aposentadoria sob risco, terão direito a gestão desse Fundo.

A não ser que nós façamos uma batalha campal.

Em primeiro lugar: Não permitir a privatização, mesmo se esse Projeto danoso for aprovado aqui. Vamos até a última batida de martelo, lutar contra a privatização. Mas, mesmo que a privatização saia, teremos que fazer uma batalha campal, enquanto contribuinte e cidadãos de um Fundo de Pensão, que é dos funcionários, não é do Santander, não é do Banco de Boston, não é do Itaú, não é do Governo do Estado, para que esse Fundo seja gerido pelos funcionários do Banco do Estado. Aí sim, cabe um Projeto de Lei que estou apresentando nessa Assembléia, para mudança dos Estatutos do Fundo de Pensão, para que os funcionários tenham direito para nomear o Conselho Curador e também eleger membros da sua Diretoria, para fiscalizar. Porque veja bem, Deputado Caíto Quintana, o Fundo hoje, tem um patrimônio duas vezes o "PL" do Banco. Um Patrimônio hoje na ordem de 900 milhões de Reais.

Fico imaginando, e vai receber, com esse Projeto de privatização, 500 e 600 milhões de reais, do Governo Federal repassados aqui pelo Governo do Estado do Paraná. Eu fico imaginando: "Será que não tem ninguém interessado em gerir esses 900 milhões de reais e esses 600 milhões de reais que estão sendo repassados para o Fundo?" É claro que tem, tem gente com muito interesse econômico na gestão do Fundo, como tem interesse no Banco do Estado do Paraná.

Por isso, acho, Srs. Deputados, se votarem o projeto do Governo, tal como ele veio para esta Casa, nós, além de estarmos fazendo um crime, para a economia do Estado do Paraná, através da drenagem dos recursos públicos, para uma operação que não traz benefícios para o Estado do Paraná, nós vamos perder o Banco do Estado como agente de desenvolvimento e vamos, sem sombra de dúvida nenhuma, criar um problema social danoso, terrível, para a sociedade paranaense. Porque só de funcionários a previsão de demissão

apontada pelo Secretário Giovani Gionédís é na ordem de 3 mil. Demissão que não é voluntária. Imagine, como é que vai funcionar Deputado Toti Colaço.

Sabe como está hoje o boato dentro do Banco do Estado: "que ninguém quer mais trabalhar, que está um horror, desanimados a todo o jeito, em todas as agências". A informação é a seguinte:

Chega uma pessoa e diz assim:

- Olha, você se demita pelo PDV enquanto tem dinheiro aqui para pagar 10 mil reais a mais para você. Porque se você não se demitir de livre e espontânea vontade, você será demitido de livre e espontânea vontade por parte da direção do Banco. É isso o que está acontecendo dentro do Banco do Estado. Esse é o clima de terror que foi criado dentro do Banco, mas, Srs. Deputados, peço mais uma vez. Os números corretos do Banco são 2 bilhões, 370 milhões de reais. Com esse número, nós saneamos o Banco e saneamos contas do Governo do Estado do Paraná. Os Deputados estaduais que dão apoio ao Governo e sabem que o Governo está com problema de caixa, está sem dinheiro para pagar empreiteiros, está sem dinheiro para pagar o custeio, está sem dinheiro para pagar a máquina administrativa e se continuar assim, não tem dinheiro para pagar o salário dos funcionários públicos, os Senhores Deputados podem ficar tranquilos que, pelo nosso Substitutivo, tem recursos também para resolver parte dos problemas de caixa do Governo do Estado do Paraná, mas com a nossa fórmula, nós preservamos o Banco como Banco público, saneado e que dará lucro durante o primeiro ano, na ordem de 130 milhões, conforme o demonstrativo no Banco Central e poderemos pagar a dívida em 5 anos, não em trinta, mas em cinco anos o que o Governo Federal nos emprestar.

É esta a lógica que queremos montar através desta Emenda Modificativa.

Por isso, Senhor Presidente, peço aos Senhores Deputados que prestem atenção nesta votação, porque o futuro das finanças do Estado do Paraná está em jogo e o futuro desta empresa BANESTADO está em jogo. Não achamos necessária a privatização e não concordamos em hipóteses alguma com os 4 bilhões e cem. Na verdade, houve um engordamento dos números mais para trazer dinheiro para o Governo do Estado do que realmente para resolver o problema de uma empresa como o Banco do Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votação o projeto.

O SR. EMERSON NERONE

Senhor Presidente, inscrevo-me para fazer encaminhamento.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Para encaminhar, com a palavra o Sr. Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, também quero manifestar aqui, para que fique registrada nos Anais deste Parlamento, a minha posição contrária à privatização do braço, da mão do Governo do Paraná em quase todos os municípios deste Estado.

O BANESTADO, Banco do povo do Paraná ao longo de 70 anos aqui já foi dito, frisado, escrito, ajudou a construir o progresso deste Estado. Faz parte da nossa história, faz parte da nossa vida com seus erros, com seus acertos, mas o fato é que o Banco do Estado do Paraná não pode, da forma como está sendo feita, transferir-se da mão do Governo que deve ter uma visão social, para as mãos do capital ganancioso, para as mãos do capital ganancioso, cruel e perverso, desassistindo o nosso povo, desassistindo a população do nosso Estado, sobretudo aquela que reside nos mais longínquos municípios deste querido Estado do Paraná.

É uma injustiça, Sr. Presidente, o que o Governo do Estado está perpetrando contra os interesses da nossa população e aqui falou o Deputado Vanhoni, nosso querido Deputado, profundo conhecedor do Banco do Estado do Paraná, que tem a sua vida inteira ligada com este braço do povo do Paraná. Falou das demissões, das pressões feitas para que os funcionários peçam demissão, para que se incluam no PTB, mas em contrapartida, Senhor Presidente, o Governo do Estado, Deputado Vanhoni, Deputado Romanelli, seria bom escutar, o Governo do Estado e a direção do Banco estão contratando funcionários politicamente, funcionários do Banco do Estado que estão em vias de vencer o concurso, estão sendo chamados para trabalhar, Deputado Caio Quintana, e lá em Boa Vista de Aparecida, município que V.Exa. representa aqui, existe um que é Presidente do PFL e que foi convocado para assumir a sua vaga no Banco do Estado do Paraná.

Ora, como se justifica. Sr. Presidente, que o Secretário da Fazenda viesse a esta Casa e dissesse em alto e bom som de que 3.000 funcionários, no mínimo, serão demitidos, se a direção do Banco usando critérios políticos convoca os seus apariguados políticos para assumir o concurso, uma vez que ele já está vencendo. E, eu tenho outras informações, de outros funcionários que estão sendo convo-

cados às pressas, para assumir os seus postos no Banco do Estado, porque o concurso está vencendo.

Como é que vai se explicar aos 10 mil funcionários do BANESTADO, a demissão, a pressão para que se enquadre no PDV, que peçam a demissão, se, se convoca às pressas, os afilhados políticos, o Presidente do PFL, para que assuma a sua vaga. E, para convocar o Presidente do PFL do município, faz e convoca-se uma outra pessoa que estava na sua frente, naquele concurso público.

Isto é grave! É grave, e nós haveremos e nós iremos denunciar, para que esta situação de inteira vergonha, de inteiro repúdio, não se perpetue aqui no nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente, venho aqui hoje, nesta tribuna, para deixar escrito aqui, Deputado Estadual, não farei parte, não deixarei a marca na história do meu Estado, deste Estado que eu nasci e que eu amo tanto, não farei parte, Sr. Presidente, não irei entregar o patrimônio do nosso povo. Votarei contra sim, vou deixar registrado, não quero que a história deixe marcada a minha passagem por esta Casa de Leis, de 4 anos apenas, e nesse mandato já estamos chegando ao fim, não saberemos nenhum de nós, se a partir do dia 1º de janeiro do ano que vem aqui estaremos, mas o fato é que, no final deste mandato não quero deixar marcado aqui, de que fui covarde, de que fui conivente com a entrega de um patrimônio do povo do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, manifesto o meu voto contrário, e também manifesto o meu repúdio às contratações irregulares que o Banco do Estado está fazendo na última hora, no apagar das luzes para contemplar afilhados políticos. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Com a palavra o Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tinha preparado uma série de números e contestações, mas acho que os números apresentados pelo Deputado Vanhoni, que é mais do que conhecedor da matéria, funcionários de carreira do Banco do Estado, eles, por si só, falam e não merecem comentário, porque não houve nenhuma forma de contestação por parte do Governo, dos números apresentados pelo Deputado Vanhoni.

Na falação do Secretário Miguel Salomão e do Secretário Giovani Gionédís, os homens deste Governo, os homens que fazem e desfazem nesse Governo, eles não conseguiram se contrapor a esses números apresentados em nenhum momento, ao contrário acabaram afirmando a veracidade de alguns desses números.

Gostaria apenas de lembrar, que na colocação do Secretário, foi deixado bem claro aqui, que o Banco do Estado não estava sendo vendido, o Banco do Estado estava sendo entregue, em troca de um empréstimo que eles consideram de boa vinda. Um empréstimo que poderia cobrir os furos do Governo e dar fôlego a este Governo de mais seis, sete meses cobrir folha de pagamento, pagar os seus empréstimos e quem conquistar, a partir do montante de dinheiro que viria de imediato, ainda uma reafirmação junto à população do Paraná que está absolutamente descrente desse governo fantasioso que foi criado no Paraná.

Mas, como funcionário do Banco do Brasil desde 1981, vejo nesse processo que acontece no BANESTADO algo muito parecido, em 1986, durante o Plano Cruzado, o então Ministro Dilson Funaro, já falecido, tentava transformar no bojo do processo do Plano Cruzado o Banco do Brasil em Banco Brasil, descaracterizando um Banco que era do Brasil em um simplesmente comercial chamado Banco Brasil.

E nós vimos durante todo o processo pós-Plano Cruzado e anterior também, desde de 1981, desde a nossa entrada no Banco, um processo de desmonte, uma tentativa de desmonte do processo de influência do Banco do Brasil em todas as cidades do País onde ele ocupava uma posição de destaque.

Mas, era impossível fazer com que esse processo ocorresse de fato, quer seja, porque os Bancos que visam apenas lucros, não conseguem cumprir, de forma alguma, nas pequenas cidades a fundo social, quer seja, porque o funcionalismo do Banco se ergueu e sobrepôs lutando contra a corrente e recriando a imagem do Banco e reconquistando postos, e refazendo toda a imagem distorcida que aquele processo do Plano Cruzado teve.

Pois bem, há poucos dias no Congresso Nacional foi criado o Banco da Terra. Mais uma tentativa de desmonte do Banco do Brasil, mais uma tentativa de descaracterizar uma função importante que ocupa esse Banco no cenário nacional.

O que acontece nesses 70 anos de história do Banco do Estado, dos dez mil e quinhentos funcionários que fazem parte do corpo funcional, e esse momento histórico que o Governador Jaime Lerner e a sua equipe está tentando imprimir. É exatamente aquele momento histórico que aconteceu no Banco do Brasil durante o Plano Cruzado, tentando desmistificar, tentando tirar, tentando criar com mecanismos de propaganda ou de falação, descaracterizar que o Banco do Estado é um Banco do paranaense, colocando a sua noção clara de estado, como o Secretário Giovani Gionédís e o Secretário Miguel Salomão colocaram aqui, ao afir-

marem que o estado pertence ao Banco. Mas agora, então, pertenceria, após a privatização, pertenceria, não ao Estado, mas a todos os paranaenses, quer dizer colocando bem a sua visão de estado mínimo e absolutamente separado das questões sociais, mas tentando colocar a sua posição no Banco do Estado, porque viram que o processo de desmanche, por mais que hajam Osvaldo Magalhães no meio do Banco, por mais que se coloque o Neco Garcia, é um "pau mandado", para tentar desmanchar, por mais do que isso, os dez mil e quinhentos funcionários do Banco e as prefeituras, o cidadão do Estado do Paraná, conseguem ainda mostrar ao Governo, não obstante de todas as suas tentativas de quer o Banco do Estado do Paraná é um Banco extremamente importante ao Estado e a cada município deste Estado.

Quando daqui a um ano, dois anos, caso o Banco seja privatizado, os Deputados tiverem que correr atrás de um Banco privado para montar uma agência numa pequena cidade ou numa vila, ou num lugar distante, aí vão entender o que é um papel social que cumpre um Banco. E a partir dos lucros nas grandes operações, ou das grandes cidades faz levar ao pequeno a possibilidade de ter um local de crédito ou uma carteira ou, pelo menos, um local de poupança. Não um Banco que dá prejuízo do seu lucro constrói condições para que municípios menos desenvolvidos possam ter a sua continuidade administrativa. E quem já viu um prefeito que administra uma cidade sem nenhum Banco, sabe a impossibilidade de ingovernabilidade que há no pequeno município.

E para encerrar, gostaria de colocar aqui, Senhores Deputados, uma das características desse governo, a criação dos anéis. O governo criou primeiro um Anel de Integração, na verdade aquilo que ele chama de Anel de Integração, entregando para as empresas privadas o controle das estradas do Paraná e com cobrança de pedágio extremamente superior mundialmente aceito através dos pedágios que começam a fazer parte do dia a dia do Estado do Paraná.

Com a entrega do BANESTADO o Governo do Estado do Paraná encerra um processo de "entrega" e não "integração". Já foi entregue a SANEPAR, está sendo entregue a COPEL, já foram entregues Rodovias, já foi entregue a FERROESTE, já foram entregues tantas outras coisas e o BANESTADO é o "selo de ouro de um anel de entrega". Não ao "Anel de Entrega" que o Governo do Estado imprimiu a este Estado. Não a este Governo. Os 70 anos de história do Banco do Estado mostram por A+B que ele se faz necessário e é um Banco extremamente importante para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Se este Governo diz que este Banco dá prejuízo, ele mente. Se este Governo diz que este Banco está mal administrado, ele mente. Se ele diz que este Banco não é importante, ele mente. E ao não encontrar nenhuma outra mentira que consiga o convencimento ele agora diz que é importante entregar este Banco em troca de um empréstimo que vai garantir recurso ao Paraná. Outra mentira porque este empréstimo na verdade, com a dação em pagamento por parte do Banco do Estado, vai fazer com que a dívida do Paraná mais do que duplique como foi muito bem colocado ontem em números. Os 28 milhões de dívida mensal a partir de um ano de carência, os 28 milhões de dólares que vão ser devidos em juros deste empréstimo, vão colocar junto aos 20 bilhões da dívida atual, o Estado do Paraná em uma situação extremamente crítica.

Não à entrega! Não ao "Anel de Entrega" feito por este Governo do Estado!"

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, minha cara Deputada.

O Paraná está vivendo neste instante, momentos de grande tensão porém, talvez nem todo paranaense esteja se apercebendo do que está acontecendo hoje, nesta tarde, no Parlamento do Estado do Paraná. Nem todos os paranaenses estão se apercebendo de que parte da história do nosso Estado, de homens que trabalharam e muito já se foram, está se jogando fora, está se colocando debaixo do tapete. Uma das histórias mais bonitas do nosso Estado que fora construída e idealizada por paranaenses que poucos deles ainda estão vivos. É o caso do próprio Ney Braga, do Paulo Pimentel, do José Richa e outros. E, outros já se foram. A história que está sendo jogada, que está se esvaindo pelo ralo vai ser decidida daqui a pouco por nós. E que parte dessa história que vai ser soterrada aqui, Senhores Deputados, principalmente as dos ilustres companheiros Deputados que dão sustentação ao Governo do Estado do Paraná neste instante, V.Exas., façam uma reflexão profunda para não serem cobrados pelos seus filhos, pelos seus netos amanhã ou depois.

Hoje pela manhã eu recebia, Deputado Colombo, um telefonema de um pequeno Município do Sudoeste do estado do Paraná que tomou conhecimento que a Agência Bancária do seu Município irá ser fechada caso haja a privatização, caso haja a votação apoiando a privatização na tarde de hoje ligou ao Deputado Toti, porque sou Presidente do Bloco Municipalista, e eu dizia ao ilustre Prefeito que possivelmente, não somente a agência do seu município, mas mais de cento e trinta pequenos municípios do Estado do Paraná ficarão sem a sua agência bancária. Fechar uma agência bancária num

pequeno município é fechar a porta da esperança do seu povo e da sua gente. Nós temos mais de quarenta municípios novos que estavam aguardando ansiosamente, principalmente no decorrer deste ano, que é um ano político até, de ver uma agência instalada ali do Banco do Estado do Paraná num Município novo que está exercendo a sua primeira atividade. Já estão sabendo de que não terão essa oportunidade, pois no momento em que foi decidido a sorte do Banco aqui, automaticamente os municípios novos e tantos outros, mais de cem, também estarão sendo eliminados com a perspectiva de ser a agência do Banco do Estado do Paraná, que é de todos os paranaenses, que é de todos os paranaenses e brasileiros aqui presentes.

Alguém falou aqui desta tribuna sobre a terceirização, sobre a prestação de serviços que já vem se fazendo através do Banco do Estado do Paraná, e é verdade. Hoje quando forçaram a demissão voluntária antecipadamente, já estão forçando a demissão dos funcionários denunciado aqui desta tribuna. Por outro lado alguém disse, e eu confirmo, já está se terceirizando serviços, Pessuti, empresas particulares, e agente principalmente ligado à esfera governamental, estão fazendo a prestação de serviços ao próprio Banco do Estado do Paraná. E por outro lado demite-se, ou força-se a demissão dos funcionários que fizeram concursos, que se preparam, que são capazes, competentes para exercer a sua função. Não foram os funcionários do Banco do Estado que quebraram o Banco. Quem quebrou o Banco foram os maus gerentes, os gestores da coisa pública, os dirigentes que fizeram empréstimo a quem não deveriam de fazer. Não foi o técnico, não foi a datilógrafa, não foi o contador, não foi o especialista na área, não foi o caixa do Banco do Estado, não foi a funcionária, não foi não; quem deixou o Banco nesta situação foi quem geriu mal os negócios públicos, foram os seus diretores. Agora, os Diretores, muitos deles já se foram, agora manda-se que o funcionário seja demitido enquanto se tem dinheiro. É uma falsa, é um engano. Os ex-funcionários do Banco do Brasil que assim agiram hoje estão arrependidíssimos de terem feito aquele acordo da demissão voluntária. Já disse isso ontem aqui desta tribuna.

Queria mais uma vez, então, deixar registrado aqui a nossa tristeza, a nossa contestação. O que resta aos Deputados da oposição? Esta tribuna, este microfone, um apelo mais uma vez aos Deputados Municipalistas para que analisem, há tempo ainda de dizer não. Precisa sanear o Banco? Precisa sanear o Banco, mas não precisa vender, não precisamos autorizar a venda de imediato, a privatização. Está mais do que claro, já foi esmiuçado aqui pelo Vanhoni, por tantos outros colegas que tecnicamente a conta não está correta. Todo mundo está vendo isso.

Hoje pela manhã, acompanhava pela CBN, um dos jornalistas que mais respeito na Capital do Estado do Paraná, o Geraldo Maza, dizendo aos quatro cantos do nosso Estado, que esta conta de quatro bilhões e cem milhões não está convencendo ninguém. O Vanhoni e ele diziam, hoje, pela manhã, na CBN, nem ele nem o jornalista acreditam nesta conta. Era um bilhão, setecentos e oitenta, e, agora, quatro bilhões e cem. É claro que não dá para engolir. A imprensa já está dizendo que não está correta esta conta.

É preciso que os companheiros da Bancada do Governo, mais uma vez, para que os senhores não sejam cobrados amanhã ou depois, porque nós estamos soterrando a história do Banco. São setenta anos de luta, de sacrifício, de esperança, de perspectiva de futuro, que este Banco colocou em todos os rincões do nosso Estado para que dentro de um pouco mais de uma hora, numa votação quase que simbólica, nós coloquemos no túmulo a história do Banco do Estado do Paraná.

A Bancada de Oposição, do PMDB, do PT e de nossos outros companheiros, vamos evidentemente mais uma vez votar contra a privatização do Banco. Entendemos que precisa ser saneado a sua conta, mas não no valor de quatro bilhões e cem milhões.

Quero apenas dizer mais uma vez, que o Paraná é pródigo em abrir mão de receitas. Abriu mão de receitas na Lei Kandir, recentemente. Nós criticávamos em 88, quando o Congresso Nacional deu uma rasteira no Estado do Paraná, onde nós renunciávamos o direito de cobrar impostos ICMS da energia elétrica que é transferida para o Estado de São Paulo, principalmente. Foi feita esta renúncia e por um cochilo e uma omissão os políticos da época, que representavam o nosso Estado. Recentemente também na própria Lei Kandir, cantada em verso e prosa, o Paraná vem perdendo.

Não somos contra determinadas medidas do atual Governo. Das coisas boas nós somos a favor, mas as coisas que não estão corretas, evidentemente, que somos contra. Se nós tivéssemos chamado o Vanhoni para ajudar o Governo do Estado do Paraná, neste instante e fazer uma revolução em Brasília, o Paraná inteiro estaria lá, em frente ao Banco Central. E estaríamos no Congresso Nacional, a exemplo de que já tivemos tantas vezes na defesa de nossos municípios, para dizer ao Governo Federal, principalmente, que o Paraná não pode mais continuar sendo lesado e dois milhões e meio não é nada para o Governo Federal, pelo o que representa o nosso Estado na Federação brasileira. Mas isto, o Governo atual não fez, porque na verdade ele quer entregar, como entregando está o Banco do Estado do Paraná, lamentavelmente, mas não com o voto do Toti e não com o voto da oposição deste Parlamento.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, parece simbólico que no mesmo momento que caminhoneiros de todo o Paraná fecham a Rodovia Ponta Grossa-Curitiba, em São Luiz do Purunã, o Banco do Estado esteja sendo privatizado pelos Deputados da Assembléia Legislativa.

O dia de hoje revela e sintetiza o que foi e o que é o Governo Lerner. Há nesses dois fatos, que acontecem no mesmo momento uma lógica cruel. A primeira delas a falta de transparência. Um Governo que se diz democrático impediu e impede que Deputados representantes de uma mandato popular tenham ao menos informação do que acontece com o dinheiro público. Esse Governo apresenta números absurdos e em poucos meses os números do Governo contraditam a números anteriores e nos impedem a nós, representantes do povo paranaense, de sua fiscalização mais apurada, para saber exatamente do que se trata esta privatização.

Qualquer pessoa minimamente informada pode fazer algumas comparações, entender o absurdo desse tipo de negócio feito com o BANESTADO.

O Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas de mineração do mundo, foi privatizada por 3,3 bilhões de reais. O Banestado, o Governo vai emprestar do Governo Federal, 4,1 bilhões de reais para privatizar o banestado, comprometendo com mais de 90 anos as finanças do Paraná.

A falta de transparência é irmã gêmea da corrupção.

Talvez esse seja o verdadeiro motivo que esse Governo impediu a nós Deputados, e aos cidadãos do nosso Estado, de fiscalizar as suas contas e os seus negócios.

O Banestado também é um exemplo claro de corrupção nos negócios públicos. Basta citar 2 exemplos: o caso do Banestado Leasing tão bem ressaltado pelo Deputado Ângelo Vanhoni e por outros Deputados, e um caso tão grave da negociata com títulos públicos, podres de Alagoas, que começavam a ser vendidos às 9 hs da manhã por empresas fantasmas intermediando esse negócio, e acabavam sendo comprados pelo Banestado ao fim da tarde pelo Banestado, por um preço muito maior, como se uma quadrilha estivesse lá instalada, dividindo o dinheiro do povo do Brasil e do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a privatização do Estado revela, e aí nós opomos em princípio que a essência da questão à renúncia ao

papel do Estado como agente promotor do desenvolvimento do ponto de vista estratégico.

Lerner se submete ao mercado como se fosse um Deus absoluto de todos nós. A abstração do mercado que esquece da vida real dos homens que sofrem e que ficam cada dia mais à margem da dignidade da cidadania.

A demissão de funcionários, a renúncia a um Banco que capta a poupança popular. Um Banco público, ele tem o condão de captar como um Banco privado a poupança popular, mas investir essa poupança com uma visão estratégica de desenvolvimento que o Banco privado não faz, ele capta a poupança popular e aplica esse dinheiro conforme os seus interesses particulares e privados.

Portanto, poder aplicar aqui no Paraná, no Rio Grande do Sul, em qualquer lugar do mundo, com a globalização econômica que acontece hoje.

E não o que faz um Banco do Estado.

Quando vem um secretário respeitado por todos com seu argumento, ele pega simplesmente um argumento conjuntural, renunciando a questão de princípios que são permanentes, estratégicas, dizendo que hoje o dinheiro está muito caro e que não adianta ter uma agência de fomento que capte dinheiro de fomento.

Isso é uma questão conjuntural. Quem pensa do ponto de vista estratégico concorda.

Colocar e submeter os interesses maiores do Estado em uma conjuntura econômica de um processo específico de globalização, de um processo conjuntural do Brasil nesse momento.

Não podemos aceitar essa frágil visão que submete a concepção do governo Lerner ao absoluto do mercado, que marginaliza as pessoas.

À submissão completa e total desse governo, há interesses particulares que nós temos que sondar. Quais são os interesses particulares que estão por trás dessa verdadeira negociata que se faz com o Banestado, renunciando e distribuindo um instrumento estratégico importante do desenvolvimento do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, um dos teóricos mais respeitado da esquerda brasileira, coloca no seu último livro, numa análise de um processo de globalização, que nesse processo de endeuçamento do mercado, da Lei da concorrência, há um casamento umbilical entre grandes empresas e seus Estados nacionais. E são justamente aqueles estados que conseguem, através de ligação com algumas empresas, ter um papel estratégico num mundo que sobrevivem.

Pegamos dinheiro e sem dúvida nenhuma, uma parte desses 4 bilhões de reais será para esse mesmo motivo. Dinheiro do nosso povo e estamos entregando para uma estatal francesa chamada Renault.

E não temos dinheiro para fazer as coisas que o povo e o estado necessitam, e entregamos nosso Banco.

Esse é um exemplo do que acontece. Só o anel de integração vai render, em média durante 24 anos, por mês para seis empreiteiras que lotearem o Paraná sem concorrência, não pagando um centavo sequer, porque a empreiteira que perdeu o lote 1 ganhou 2, a que perdeu 2 ganhou 3 e as pequenas foram aliçadas.

Uma grande negociata nacional com o governador Jaime Lerner. Vão arrecadar em média por mês em pedágio, 40 bilhões de reais e 510 milhões por ano, durante os 24 anos, em média. Se o governador tivesse ele tido a competência de, ao menos, cobrar o pedágio, pegar alguns funcionários do DER, ou então criar uma agência social autônoma, como ele gosta, para gerir os recursos do pedágio. Ele poderia auxiliar, não só o saneamento do Banestado, mais apoiar a pequena agricultura familiar que está morrendo. Construir as mesmas estradas, as mesmas rodovias, num tempo menor, e cobrando um pedágio menor. Mas, se submete total e completamente aos interesses dos grupos econômicos como nunca se viu na história.

Mas o povo está enxergando. O funcionário do Banestado está percebendo. A população da cidade e do campo está percebendo que tipo de governo é esse. A que engodo nós somos submetidos. Começa a surgir uma nova ideologia. Porque a ideologia dominante, por mais poderosa que ela seja, ela não é superior a ideologia. Da vida real, dos cidadãos, dos homens e mulheres do Paraná e do Brasil começa a surgir uma nova ideologia que contesta a ideologia dominante e coloca esperança no nosso futuro.

Nós temos certeza, podemos ter uma derrota hoje, o povo do Paraná perde um instrumento estratégico, mas adquire consciência para que novos dias surjam e uma nova força moral e ética possam gerir os ensinamentos do Paraná.

Quero neste momento afirmar, junto com meus companheiros de bancada, com os Deputados do PMDB, que nós marcamos posição votando contra a grande negociata do século do nosso Estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury).**

Encerrado o tempo para encaminhamento para votação. Vou submeter a voto o requerimento de dezoito Senhores Deputados solicitando a constituição de uma Comissão Geral para oferecer parecer às emendas apresentadas no projeto.

Requerimento nº 1.206, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Accorsi, Plauto Miró Guima-

rães, Miltinho Pupio, José Tavares e demais Senhores Deputados, constante do expediente, requer a transformação da sessão plenária em Comissão Geral de Plenário, para apreciar as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 238/98. **Aprovado.**

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar)**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse requerimento embora pretenda o Governo aprovar nesta data o projeto do Banco, segundo o artigo 107, do nosso Regimento Interno do inciso 4º, parágrafo 2º: "O requerimento propondo a constituição da Assembleia em Comissão Geral só será submetido a discussão e a votação decorrida 24 horas de sua apresentação. Deverá obter o objeto, dia e hora da reunião".

Este requerimento está sendo apresentado nesta data e no mínimo teríamos de ter 24 horas para constituir o Plenário em Comissão Geral.

Era isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)**

A Mesa informa que o requerimento foi apresentado na sessão de ontem, 23 do corrente e só hoje será submetido a votação.

**Votação ao requerimento. Aprovado.**

**O SR. ORLANDO PESSUTI -**

Requeiro a verificação de votação, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury).**

Vai se proceder a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Trinta e três aprovam o requerimento. **Aprovado.**

Está constituído o Plenário em Comissão Geral.

Designo o Deputado Joel Coimbra para oferecer parecer, nas duas emendas apresentadas ao projeto.

O Senhor 1º Secretário procederá a leitura das emendas.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins).**

Fica com a seguinte redação o Projeto de Lei nº 238/98. (Lê):

**EMENDA MODIFICATIVA GERAL  
AO PROJETO DE LEI Nº 238/98**

**SÚMULA:**

Altera o Projeto de Lei nº 238/98 dando-lhe nova redação, conforme específica.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, apresentam a seguinte Emenda Modificativa ao projeto de lei 238/98, na forma a seguir enunciada:

Fica com a seguinte redação o projeto de lei 238/98:

"Art. 1º - O artigo 2º da Lei 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamentos, até o valor de R\$2.373.411.000,00 (dois bilhões, trezentos e setenta e três milhões, quatrocentos e onze mil reais), a valores de 31 de março de 1998, através dos dispositivos da lei 9.496, de 11 de setembro de 1997.

§ 1º - (...)

§ 2º - (...)

§ 3º - O Poder Executivo utilizará os recursos provenientes do recebimento de ativos do Banco do Estado do Paraná para amortização do financiamento obtido junto à União Federal.

Art. 2º - O artigo 3º da Lei 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar ações do Banco do Estado do Paraná S.A. e a não exercer seu direito de preferência na subscrição de ações que lhe cabem em futuros aumentos de capital, levados a efeito para viabilizar o saneamento e a transferência de seu controle acionário somente caso os resultados líquidos anuais sejam inferiores a 1/30 avos do aporte de capital do Estado.

Art. 3º - O Artigo 5º da Lei 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer em caução e/ou garantia junto a órgãos do Governo Federal ações que detenha na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, até o limite de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais).

Art. 4º - Artigo 6º da Lei 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º - fica o Poder Executivo autorizado a proceder aumento de capital, adquirir ou assumir passivos do Banco do Estado do Paraná S.A., até o valor de R\$2.373.411.000,00 (dois bilhões, trezentos e setenta e três milhões e quatrocentos e onze mil reais).

Art. 5º - Suprimido.

Art. 6º - (...)

Art. 7º - (...)

Art. 8º - (...)"

Sala das Sessões, em 23.06.98.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)

Artigo 5º - suprimido.

Há outra emenda:

#### MENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 238/98

Modifique-se ao Artigo 2º do Projeto de Lei 238/98, que fica com a seguinte redação:

"Art. 2º - O artigo 3º da Lei 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar ações do Banco do Estado do Paraná S.A. e a não exercer seu direito de preferência na subscrição de ações que lhe cabem em futuros aumentos de capital, caso os resultados líquidos anuais sejam inferiores a 1/30 do aporte de capital do Estado, levados a efeito para viabilizar o saneamento e a transferência do seu controle acionário.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury).

Deputado Joel Coimbra, relator da Comissão Geral de Plenário, para oferecer parecer.

O SR. JOEL COIMBRA.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parecer ao Projeto de Lei 238/98, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 25/98, que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei 11.961, de 19 de dezembro de 1997, assim como, adotar outras providências, pertinentes ao saneamento financeiro do Banco do Estado do Paraná S.A., inclusive, previsão legal para a transferência do controle acionário com o parecer".

Levado a Plenário, foi votado em 1.ª Discussão.

Em 2ª - Discussão, o projeto recebeu duas emendas. A primeira emenda altera os artigos 2º, 3º, 5º e 6º.

A emenda nº 2, altera o Artigo 3º.

Ambas as emendas foram lidas e portanto, sua leitura é dispensável.

Verificando as emendas, percebe-se que elas alteram o projeto que foi elaborado e em consonância com legislação federal, especialmente diretrizes estabelecidas pelo Banco Central e o Conselho Monetário Nacional.

Em função disso, esta Comissão, opina no sentido da rejeição das emendas, acentuando que a matéria será ainda objeto de análise pelo Senado Federal.

Era esse o parecer, Senhor Presidente, pela rejeição das emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury).

Em votação o parecer.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, nós estamos transformados em Comissão Geral. Portanto, na questão das emendas, não estamos discutindo o projeto e nem as emendas. Estamos discutindo a única coisa que podemos fazer nesse instante, discutir a constitucionalidade da emenda ou não. Por que? Porque como não teve sessão na C.C.J., esta Casa está deliberando como Comissão Geral.

Senhor Presidente, a C.C.J. analisa única e exclusivamente a questão de constitucionalidade.

A discussão da emenda, a votação da emenda, da pertinente política dela ou não, acontecerá na sequência, quando Vossa Excelência colocar a emenda em votação.

A emenda é constitucional aliás, temos cometido alguns equívocos na asa e eu fiz questão de registrar um dia, desta tribuna, quando o Judiciário, que pela primeira vez talvez a Assembléia tivesse encarado corretamente o princípio constitucional. A Mensagem, a origem de Mensagem que venha a colocar valores, determinar regras, é do Executivo.

Agora, o Poder Legislativo como Poder que vai aprovar a lei, tem competência sim para alteração.

Ele não muda a essência que é objeto de projeto, que é um empréstimo de saneamento para o Banco do Estado do Paraná, (este é objeto do projeto).

A questão de alterações de itens, subitens, artigos, é constitucional e portanto, nós defendemos a questão da constitucionalidade deste projeto, para que possamos apreciar na sequência, a emenda, com o princípio da constitucionalidade.

Depois o Plenário politicamente vai votar a favor ou contra, mas temos que reconhecer o direito do autor de emendas um projeto, de origem do Executivo, mas que passa pelo legislativo para aprovar, porque senão, não teria razão alguma de vir a esta Casa, uma discussão se a Assembléia tivesse que pura e simplesmente, dizer sim ou dizer não, sem poder debater, estudar e modificar o conteúdo.

O DR. ROSINHA (Para Discutir)

Ouvindo o parecer dado pelo Deputado Joel Coimbra, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado analisa a Emenda proposta de Plenário, colocando-se como inconstitucional, coisa que nós refutamos pois não é citado em seu Parecer, nenhum Artigo da Constituição que foi desrespei-

tada, é citada simplesmente e superficialmente a questão do Banco Central, de uma Lei Federal, também, que não é dito nem o número desta lei e nem o artigo ao qual está sendo desrespeitada na nossa Emenda.

Então, o que estamos dizendo, é que nós entendemos que, primeiro, o Parecer é superficial, segundo, necessita maior fundamentação jurídica, para se dizer que ela é inconstitucional, e a sua superficialidade faz com que não é citada nenhuma lei, e nenhum artigo da Constituição, nem de lei infraconstitucionais que são desrespeitadas, portanto, nós votaremos contrário ao Parecer do relator, que aliás até, por ser Presidente da C.C.J., deveria ser um Parecer muito mais completo, muito mais fundamentado e por ser Promotor Público, desejaríamos que fosse de maior profundidade ainda e não essa superficialidade, a nossa posição é contrária ao parecer dado pelo relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Srs. Deputados que aprovam o Parecer, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai-se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o Parecer contrário as Emendas queiram levantar-se.

Trinta e quatro Deputados aprovam o Parecer. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Apenas para registrar os Deputados que estão votando contra o Parecer do Deputado Joel Coimbra, que aliás, o Deputado Caíto Quintana fez aqui uma brilhante intervenção: o Deputado Rosinha, Deputado Caíto Quintana, Deputado Irineu Colombo, Deputado Toti Colaço, Deputado Orlando Pessuti, Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado Péricles Mello, Deputado Nereu Moura, Deputada Ironi Pugliesi, Deputado Edgard Bueno, Deputado José Maria Ferreira, Deputado Antonio Annibelli, Deputado Líder do PPB, Augustinho Zucchi, Deputado Emerson Nerone, Deputado Sâmis da Silva, e este Deputado que vos fala, Deputado Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Devidamente registrado.

Aprovada a rejeição às Emendas, vou submetê-la a votos.

Em votação o Projeto, ressalvadas as Emendas.

Senhores Deputado que aprovam o Projeto, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)  
Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)  
Vai-se proceder a verificação de votação.  
Srs. Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se.  
Trinta e três Deputados aprovam.  
Srs. Deputados que rejeitam o Projeto, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)  
Para justificar o voto, Sr. Presidente.  
Eu anuncio que os Deputados Orlando Pessuti, Toti Colaço, Irineu Colombo, Caíto Quintana, Florisvaldo Fier, Nereu Moura, Irondi Pugliesi, Edgar Bueno, José Maria Ferreira, Péricles Mello, Antonio Annibelli, Emerson Nerone, Romanelli, Ângelo Vanhoni, Sâmis da Silva e Augustinho Zucchi, votam contrário ao Projeto de venda do BANESTADO.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)  
Votação às Emendas de Plenário de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni.  
Vota-se, com o Parecer contrário, Srs. Deputados que aprovam as Emendas queiram levantar-se. Rejeitada.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)  
Sr. Presidente, quero justificar o voto do Deputado Orlando Pessuti, Deputado Toti Colaço, Deputado Irineu Colombo, Deputado Florisvaldo Fier, Deputado Nereu Moura, Deputado Caíto Quintana, Deputado Péricles Mello, Deputado Luiz Claudio Romanelli, Deputado José Maria Ferreira, Deputado Nerone, Deputado Annibelli, Deputado Edgar Bueno, Deputada Irondi Pugliesi, Deputado Sâmis Silva, Zucchi e Deputado Ângelo Vanhoni, que votaram favoráveis à Emenda que modifica este projeto, restabelecendo os verdadeiros valores do Banco do Estado do Paraná.  
(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)  
Emenda número 2 com parecer contrário. Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

O SR. EMERSON NERONE (Justificativa de Voto)  
Sr. Presidente, apenas para justificar o voto, quero dizer que estão votando favoravelmente a esta Emenda, não obstante ao belíssimo parecer imposto pelo Promotor Joel Coimbra, que até agora

ninguém deste lado entendeu como chegou a essa conclusão, mas favoráveis a esta Emenda foram: Deputado Orlando Pessuti, Toti Colaço, Irineu Colombo, Dr. Rosinha, Caíto Quintana, Deputado Nereu Moura, Deputado Péricles Mello, Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado Luiz Claudio Romanelli, Deputado Emerson Nerone, Deputado Annibelli, Deputado José Maria Ferreira, Deputado Edgar Bueno, Deputada Irondi Pugliesi, Deputado Sâmis da Silva, Deputado Augustinho Zucchi, votaram favoráveis a esta Emenda contrário a privatização do BANESTADO.  
(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)  
O Serviço de Taquigrafia deve anotar os nomes dos Deputados que votaram contra, conforme solicitação e que se conste em Ata.

O SR. VALDIR ROSSONI (Justificativa de Voto)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)  
Peço aos Srs. Deputados que respeitem o orador.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem)  
Sr. Presidente, após concluídas todas as votações quero justificar a minha saída, porque estou com consulta marcada e necessito ser atendido.  
Então, justifico as galerias e a todos, e a minha posição já está clara contra a venda do BANESTADO. Por isso, peço desculpas em função dessa consulta, já marcada anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)  
Devidamente justificado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Justificação de voto)  
Sr. Presidente, Srs. Deputados:  
Faço aqui uma justificativa de voto e também poderia enumerar aqui o nome dos Parlamentares que votaram favoráveis ao saneamento do BANESTADO. Quero deixar aqui claro e gostaria de que, ameaçado fui aqui dentro deste Plenário de que a minha fotografia seria enviada para todas as agências do BANESTADO, eu gostaria que antes de mandarem a minha fotografia também fosse grifado o meu nome, porque nós sabemos ao estar votando o saneamento do BANESTADO, nós estamos salvando, sem sombra de dúvidas, a grande maioria dos funcionários do BANESTADO, porque nós não temos duas saídas para o BANESTADO:

Uma, o saneamento o qual foi aprovado inteligentemente pelos Deputados que apoiam o Governo Jaime Lerner.

A outra seria dia 1º de julho a intervenção no BANESTADO e o fechamento das portas do

BANESTADO em todo o Estado do Paraná e em todo o Brasil.

Estamos votando isso com consciência.

Quero também dizer aqui, a todas as pessoas que se encontram aqui. Quando veio para esta Casa o Projeto de Lei para ser discutido por esta Casa, a primeira preocupação do Governo Jaime Lerner foi enviar a esta Casa o Secretário do Planejamento e o Secretário da Fazenda para prestarem todos os esclarecimentos necessários. Questionados foram e aqui procuraram deixar tudo claro e por isso que nenhum Deputado que apoia o Governo fez encaminhamento da votação, porque nós já tínhamos tido uma reunião na Secretaria da Fazenda, onde nós estávamos convencidos que só tínhamos duas saídas: ou aprovávamos a privatização do BANESTADO ou fecharíamos as portas do BANESTADO no dia 1º de julho.

Quanto à questão dos números aqui levantados pelo ilustre Deputado Vanhoni, ao qual tenho um grande respeito por ser um Deputado combativo e trabalhador, mas quando vemos aqui serem contestados os números que foram levantados pelos Técnicos do BANESTADO e também pelos Técnicos do Banco Central, quero dizer aos Senhores que teremos mais uma oportunidade como li na imprensa hoje. Vão pedir ao Senado da República para que faça um levantamento dentro do Banco do Estado para ver se os números são verdadeiros. Nós também queremos que este levantamento seja feito porque não temos nenhuma dúvida dos números levantados pelos Técnicos do Banco Central e do BANESTADO.

Quero dizer aqui, principalmente aos sindicalistas que representam os funcionários do BANESTADO: ninguém mais do que nós que estamos votando o saneamento do BANESTADO, estamos votando com dor no coração. Não gostaríamos de estar votando esta matéria aqui, não gostaríamos que este item da privatização fizesse parte deste projeto que estamos votando, mas quero dizer aos senhores que isto é obrigado pelo Banco Central senão não teríamos os recursos para sanear o BANESTADO.

Talvez estejamos sim, criando dificuldades ao Sindicato dos Bancários que representam o BANESTADO, mas sabemos sim que estamos salvaguardando a grande parte dos funcionários do BANESTADO que estão por todo o Estado Paranaense.

Quando falamos dos números, fica aqui a aprovação da Bancada do Governo para que os Senadores da República que têm este poder, enviem mais funcionários do Banco Central ao Banco do Estado para fazer este levantamento, porque também queremos que seja tudo claro, tudo definido.

Nós que estamos no segundo mandato, prezados Parlamentares, ilustres cidadãos paranaenses, imprensa que está aqui, quero dizer que temos aqui um apoio maciço da Bancada de 54 Deputados. Nos orgulhamos de pertencer a este Governo, porque em todas as vezes questionadas aqui, ou veio o Secretário ou trouxemos esclarecimentos claros. Há pouco ainda, aproveitando a oportunidade, ouvia o Líder do PMDB questionar sobre algumas questões da Secretaria de Saúde e quero dizer ao Deputado Pessuti que as informações já se encontram na Liderança do Governo para lhe esclarecer, porque este é o costume do Líder do Governo, não deixar nada por baixo do pano.

Quero dizer a Vossa Excelência também que exercemos aqui o papel de Oposição e poucas vezes vimos aqui, Senhores Parlamentares, a presença de um Secretário para prestar esclarecimentos a esta Casa.

Disse muito bem o Deputado Rosinha num artigo escrito, se não me falha a memória, na Gazeta Mercantil de hoje, falando da forma ditatorial com que o Governo anterior conduzia os seus trabalhos e de que forma ele respeitava o Parlamento Estadual.

Quero dizer aqui também que é claro que alguns têm que fazer este papel, mas todos sabem que o grande problema dos Bancos Nacionais hoje é fruto de uma política econômica. Antes vivíamos do produto da inflação e hoje vivemos um momento diferente da economia nacional. Não é novo o que está acontecendo com o BANESTADO, isso já aconteceu com vários Bancos Estaduais, para não dizer todos, e com vários Bancos Particulares, para não citar o BAMERINDUS que também pertencia ao povo paranaense. Isto não é nenhuma novidade.

Gostaria aqui de dizer aos ilustres Parlamentares que votaram favorável, de consciência tranquila, pode ter certeza, não precisamos numerá-los pela coragem de assumir neste momento esta responsabilidade, porque seria muito mais fácil jogar para o aplauso não pela vaia. Mas sabemos, e que quero responder aqui ao Deputado Toti, não se preocupe Deputado Toti com o nosso futuro político porque sabemos o que estamos fazendo, fomos eleitos pelo povo do Paraná, temos responsabilidade e temos capacitação para discutir o que é mais importante para o povo do Paraná, para não ter aqui que receber recomendações desnecessária porque cada Deputado sabe qual é a sua atitude mais responsável.

E ouvi aqui também Senhores Parlamentares, o pronunciamento eloquente de alguns Parlamentares que governaram o Paraná antes do Governo Jaime Lerner. E aí vai ser doído as minhas palavras. Se a vontade desses Parlamentares era de sanear o BANESTADO porque não o fizeram antes de entre-

gar o Governo ao Governador Jaime Lerner. Temos uma carta do Banco Central, aonde diz que o Banco do Estado do Paraná precisava ser assumido com responsabilidade, porque senão sofreria intervenção. O Banco do Estado do Paraná prezados paranaenses, ia ao redesconto diário, a juros altíssimos, no primeiro dia de Governo Jaime Lerner 700 milhões diários, sendo buscados diariamente. Seria muito fácil para o Governador Jaime Lerner, politicamente dizer ao Banco Central: "Intervenha, feche o Banco do Estado, e a culpa ficaria para o Governo anterior". Mas o Governador Jaime Lerner pensou no povo paranaense, para ele não interessava jogar a culpa em qualquer Governo, ou no Governo anterior; para ele sim interessava tentar sanear o BANESTADO, mas ninguém esperava que a crise se aprofundasse. Quem dos senhores não conhece o aumento da inadimplência dos nossos amigos industriais, comerciantes, aumentou a inadimplência, o furo ficou maior dentro do BANESTADO. Quem dos senhores não conhece?

Ora, se essa vontade de sanear o BANESTADO era tamanha poderia ter sido resolvida por eles. Hoje sim é muito fácil fazer aqui o discurso de quem não tem a mesma responsabilidade de quem assumiu o compromisso com o povo paranaense de sanear o BANESTADO.

E todos sabemos, há um País mais rico do que o Japão? O sistema financeiro do Japão passa pelas mesmas dificuldades que os Bancos brasileiros estão passando, e que teve no Governo do Deputado José Maria, do PSDB, a capacidade de inventar um PROER que vai ser copiado agora pelo Japão para salvar os Bancos do Japão.

Prezados amigos Deputados, os mesmos que se posicionam hoje contra o saneamento do BANESTADO, por muitas vezes os políticos que se posicionam contra, se posicionaram contra aqui ao Anel de Integração que vai espalhar as indústrias para o interior do Estado que era do Governo Federal, se posicionam contra os incentivos da industrialização, se posicionam contra as Vilas-Rurais, se posicionam contra o Paraná Doze Meses, e se posicionam contra o PROEM que é um programa que está revolucionando o ensino médio do Paraná, levando a oportunidade para que a Diretora da escola não precise mais andar de rifa na mão para comprar o computador, porque o nosso Governo está, sem sombra de dúvida, recuperando a escola pública estadual, reformando, ampliando e equipando o laboratório, a biblioteca com computadores. Por isso cada vez mais, me orgulho de fazer parte desta transformação.

Era isso, Senhores Parlamentares.

Muito obrigado, pela oportunidade.

O SR. TOTI COLAÇO

Pela Ordem, Senhor Presidente?

Quero apenas fazer um reparo, aqui, Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, por ocasião até porque foi citado no seu eloquente discurso, o seguinte: não estou preocupado com a eleição de quem quer que seja, dentro desta Casa, a não ser com a minha eleição, evidentemente, e do meu futuro Governador.

A minha preocupação é pelo fato de que mais de 140 municípios vão fechar as agências do Banco do Estado do Paraná e com mais de seis mil funcionários que serão demitidos, num momento em que se busca o emprego incessantemente no Estado do Paraná.

A minha colocação ao Deputado Valdir, porque tivemos desde ontem e hoje, durante horas, aqui, para travar um grande debate com relação a privatização do Banco do Estado e, agora, que a "Inês é morta", que já foi aprovado, que nada mais nos resta, nem sequer discutir e nem falar, porque na verdade a matéria já está vencida, o nosso líder vai na tribuna e automaticamente, fica com a palavra final.

De minha parte ficam aqui as minhas colocações a respeito da minha, da nossa preocupação com a privatização do Banco desumana e injusta e, ao meu ver, totalmente sucumbindo e enterrando parte da história do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pela Ordem, Senhor Presidente.

Quero discordar do Deputado Valdir Rossoni, que disse que os governos anteriores e que os parlamentares que, hoje, votaram contra essa proposta, da forma como vem o saneamento do BANESTADO, nunca fizeram nada para sanear o BANESTADO.

Nos doze anos anteriores em que ocupei este Plenário, como Deputado Estadual, em todos os momentos que fomos chamados a participar para ajudar no saneamento e fortalecimento do BANESTADO, estivemos participando ativamente. Se por outro lado, o Deputado Rossoni diz que possui uma carta do Banco Central alertando da necessidade de uma boa gerência para evitar a intervenção, se essa carta existe, nunca tive a oportunidade de vê-la e de tê-la, gostaria de dizer o seguinte: que talvez fosse já uma preocupação antecipada do Banco Central em relação aqueles que estavam assumindo a gerência administrativa e financeira deste Estado, no caso o Governo que Vossa Excelência representa.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pela Ordem, Senhor Presidente?

Quero lembrar ao Deputado Valdir Rossoni, que talvez desconheça e, lamentavelmente, isto será lembrado. O atual Governador do Estado do Paraná freqüentou as dependências do Banco do Estado do Paraná nos dias finais do mês de setembro, véspera de eleição, quando foi recebido por duzentos funcionários do Banco do Estado do Paraná, de seu primeiro e segundo escalão, e o Governador Jaime Lerner, na frente, lá em Santa Cândida, garantiu aos funcionários do Banco de que no seu Governo o Banco do Estado não seria privatizado. Assinou um documento e espalhou ao conjunto dos funcionários do BANESTADO, de que ele se comprometia a não privatizar o Banco. Mas uma coisa é preciso ser dita - o Deputado Rossoni faz uma afirmação verdadeira - a inadimplência do setor industrial, comercial e o ajuste da economia, fazendo com que a inflação fosse derrubada, destruída e levada a zero deixou todo o sistema financeiro numa situação muito difícil. E, o Banco do Estado, no final de 94 e início de 95 apresentava uma situação de dificuldade que tinha que recorrer ao interbancário, na ordem de 700 a 800 milhões de reais mês. Só que o Deputado Rossoni não lembra que a gestão do Governador e do Governo que ele faz parte, elaborou um plano de estudos. E quando chegou no mês de outubro, pela capacidade e pela força dos funcionários deste Banco, só na campanha mostra o seu valor. O funcionalismo do Banco do Estado, com a economia do nosso Estado, alavancaram o Banco em mais de 580 milhões, fazendo com que o Banco superasse aquela dificuldade que estava naquele momento que era gravíssima.

A saúde financeira do Banco, no final do mês de outubro de 1.995 e entrada de 1.996, era absolutamente superavitária oferecendo lucros conforme os balanços aprovados pelo Banco Central. Mais do que isso, o Deputado Rossoni afirma que os Deputados assistiram e assistem todos os dias aqui nesta Assembléia o problema da inadimplência, o problema dos comerciantes, do resto da economia do Estado do Paraná e o problema dos Bancos.

Deputado Rossoni, também assistimos a firmeza, a impassibilidade com que o Governo não moveu um passo para fazer com que denúncias gravíssimas, que levaram o Banco hoje a apresentar um prejuízo na ordem de 750 milhões de reais, que foi o estrondo que a Leasing fez, e que foi o estrondo que os títulos precatórios fizeram no Banco do Estado do Paraná e que o Governo não fez um gesto para sequer punir os responsáveis administradores do Banco do Estado do Paraná.

Por isso, Deputado Rossoni, Vossa Excelência apresenta, como se fossem duas únicas saídas: a privatização ou a liquidação. É, na realidade, a lógica da morte ou a morte. Eu, particularmente, sou de outra cepa, sou daquela cepa lá dos ingleses, da

cepa pop, da cepa de uma Banda chamada "Decleschi", uma Banda Punk, Senhor Presidente, que movimentou e fez com que a juventude toda tivesse esperança na poesia e num mundo diferente. Para mim existe a morte ou a glória, e para os homens de bem também.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Senhor Presidente, só gostaria de fazer um registro para o Deputado Vanhoni. A Rússia lançou hoje mesmo sistema de saneamento dos Bancos. Lançou hoje o PROER. Só para deixar registrado nos Anais desta Casa.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, nós, como os demais companheiros de Oposição, fizemos voto contrário à matéria do BANESTADO por uma simples razão. Primeiro, reconhecendo que o BANESTADO em função da administração desastrosa em que tomou posse, precisa, efetivamente, ser saneado. Caso contrário, não teria condições de tocar avante um Estado com rombo e com a irresponsabilidade administrativa que tomou conta, quando os fatos trazidos à público não procuraram ser solucionados e esclarecidos à sociedade. É isto que no meu ver o Deputado Líder da Oposição deveria ter encaminhado para que hoje tivesse inclusive autoridade moral, para poder dizer e fazer o seu pronunciamento nesta Casa.

Segundo o Governo a Situação, a Liderança do Governo, não considerou a questão de superdimensionamento da dívida questionada pela Oposição. Esta é uma realidade que precisaríamos trazer à baila. Líder do Governo que não tem condições de fazer a defesa quando diz que foi superfaturada a dívida, evidentemente não tem condições de falar em nome do governo.

Terceiro: se alegre o Deputado pelo belo trabalho que vem fazendo o seu Governo na área de educação. Ora, o Governo precisa pagar as crianças que ele também deu "calote" na questão do Programa "Cidadão Nota 10".

Senhor Rossoni, procure pagar as Escolas e os computadores, porque os estudantes estão cobrando do Governador Jaime Lerner!

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Segue-se a Sessão, com Requerimento solicitando preferência para o Projeto de Lei nº 098/98.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento conservem-se como estão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, acima aprovado:

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/98, que dispõe sobre a criação do Sistema Integrado de Gestão e Proteção das Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, conforme especifica. **COM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Há emendas. O projeto vai à Comissão de Justiça. Há uma emenda da Comissão de Justiça com parecer favorável que solicito o voto dos Senhores Deputados. **Aprovada a Emenda.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**ITEM 01****VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que dispõe sobre a transferência de alunos entre as Instituições de Ensino Superior do Estado, nos termos dos artigos 49 e 50 da Lei nº 9.394, de 20.12.96. (Lei das Diretrizes e Base da Educação). **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo. Com Emendas Aprovadas.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 144/97  
SUB-EMENDA MODIFICATIVA À EMENDA DE  
PLENÁRIO

**P A R E C E R :**

Corrige a redação da súmula do Projeto de Lei nº 144/97, ficando com a seguinte redação:

**SÚMULA:**

Dispõe sobre a transferência de alunos entre as Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos dos artigos 49 e 50, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei das Diretrizes e bases da Educação).

Sala das Comissões, em 23.06.98  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
DOUTOR ROSINHA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 144/97  
SUB-EMENDA MODIFICATIVA À EMENDA DE  
PLENÁRIO

**P A R E C E R :**

Acrescenta-se ao artigo 3º um parágrafo com a seguinte redação:

"§ ... - as disposições previstas no "caput" deste artigo, apenas se aplicam aos funcionários públicos de carreira."

Sala das Comissões, em 23.06.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
DOUTOR ROSINHA - Relator

**JUSTIFICATIVA:**

A referida Emenda justifica-se pela necessidade de evitar abusos na concessão de transferências para servidores públicos.

A restrição pretendida pela Emenda proposta, visa dar um tratamento especial apenas para os funcionários públicos em situações realmente justificáveis, e vedar as situações de oportunismo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 144/97  
SUB-EMENDA MODIFICATIVA À EMENDA DE  
PLENÁRIO

**P A R E C E R :**

Corrige a redação do artigo 2º do Projeto de Lei nº 144/97, ficando com a seguinte redação:

"Art. 2º - As Instituições Estaduais de Ensino Superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, mediante processo seletivo, a partir do segundo ano do curso de graduação."

Sala das Comissões, em 23.06.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
DOUTOR ROSINHA - Relator

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 748/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/98, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Carlos do Ivaí, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/98, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que altera o dispositivo que especifica a Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná). **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

O projeto irá para a Comissão de Constituição e Justiça.

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/98, que autoriza o Poder Executivo a reverter à Fundação Ecumênica de Proteção ao FEPE, o imóvel situ-

ado nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/98, que objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, ceder à Escola da Colônia Holandesa - Ensino de 1º Grau - mantida pela Igreja Evangélica reformadas de Arapoti o imóvel que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/98, que dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 11.974, de 22 de dezembro de 1977, no valor de R\$6.010.000,00 (seis milhões e dez mil reais), conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Gostaria que, se possível, já que estamos discutindo a questão do mérito que o Líder do Governo nos informasse a destinação dos recursos de 6 milhões e 10 mil Reais que estão sendo suplementados ao Orçamento Geral do Estado. Já que na publicação não foi possível identificarmos isso.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Não há questão de ordem a ser respondida pela Mesa.

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/98, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que cria o Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, com a finalidade de promover recursos para a implementação de sua política institucional, inclusive no pertinente à defesa da pessoa portadora de deficiência, proteção dos direitos do idoso e da infância e juventude. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário de nº 01, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

### PROJETO DE LEI Nº 209/98 EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01

Altera a redação do art. 11 do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 209/98, conforme segue:

"Art. 11 - Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais), para fazer frente às despesas decorrentes da execução desta Lei, utilizando como recursos aqueles previstos no § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964".

Sala das Sessões, em 22.06.98.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Eduardo Trevisan, João Techy, Plauto Miró Guimarães, Basílio Zarusso, César Silvestri e José Tavares.

#### JUSTIFICATIVA:

Os créditos especiais são autorizados por lei e dependem da indicação dos recursos que lhe dão suporte, conforme determina a Constituição Federal em seu art. 135, inciso V e a Lei nº 4.320/64.

O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/98, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Tage Costa Teodoro Karlsson. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 89, de 22.06.98.)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 244/98

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Tage Costa Teodoro Karlsson.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza legal, constitucional ou regimental para a tramitação da matéria.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1216, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento nº 1218, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, entendo que o Projeto de Lei nº 238/98, foi um projeto realmente dos mais discutidos nesta Casa, e que evidentemente se ele constar na Sessão de amanhã ou de segunda-feira em Redação Final permitirá a todos nós mais uma oportunidade de avaliarmos a questão da proposta de saneamento das dívidas do Estado e da privatização do BANESTADO. Por essa razão, sendo um projeto de tamanha envergadura, sendo um projeto que comprometerá a situação financeira do Estado por mais de 30 anos, acho que ele merece ser discutido em Redação Final. Seria até um prêmio que nós daríamos a este projeto, poder discutí-lo por mais uma vez em Redação Final. Por essa razão é que eu pedi para discutir este requerimento e que o projeto venha, evidentemente, em Redação Final.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Está em votação o requerimento, os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Esta Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)

(Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, gostaria de saber quantos Deputados estão em Plenário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)

Trinta e oito Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI

Retirado o pedido de chamada

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Retirado o pedido de chamada nominal, vai se proceder à votação do requerimento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Trinta e um aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Nove rejeitam.

Está aprovado o requerimento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti que requer dispensa de redação final.

Requerimento nº 1201, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1185, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1186, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1187, 1188 e 1207, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1189, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1190 e 1212, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1193, de autoria do Senhor Deputado Edno Silva Lino, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1194, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1195, de autoria dos Srs. Deputados Irineu Colombo, Nereu Moura, Emerson Nerone e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Rejeitado.**

Há necessidade de se fazer uma correção desse requerimento, porque requerimento não pode ser dirigido ao Presidente do Banco, mas sim, ao Secretário da Fazenda.

Solicitaria à assessoria da mesa para que proceda a destinação correta deste requerimento.

(Lê o requerimento).

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Seis Senhores Parlamentares aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Trinta e um Senhores Deputados rejeitam. **Rejeitado.**

Requerimento nºs 1197 e 1198, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1200, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1209 a 1211, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1213 e 1214, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1215, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1219, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 187, 440, 685/97; 091, 163, 169, 183, 199, 211 e 219/98.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 432/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 226, 241, 242 e 243/98.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira, às 10:00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 679/97 e 226/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 241, 242, 243, 244, 048, 051, 063, 114 e 171/98.

Convoco ainda os Srs. Deputados para uma sessão solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Exmo. Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Cid Flaquer Scartezzini, a se realizar, quinta-feira, dia 25 às 17:00 horas.

Levanta-se a sessão.